

PB

PROBLEMAS BRASILEIROS

ANO 63
SET/OUT 2026

#494

UM RAIO-X INTERATIVO
DA POLÍTICA NACIONAL

PROTEÍNA NO PRATO:
SAÚDE OU MARKETING?

ENTREVISTA

Luiz Galina

"A missão do Sesc é a importância do
trabalhador, base do desenvolvimento."

LITERATURA

Guimarães Rosa

Os aniversários de 'Sagarana'
e 'Grande sertão: veredas'

Desenvolvimento incompleto

ÍNDICES POSITIVOS REVELAM UM
PAÍS EM TRANSFORMAÇÃO, MAS
LIMITADO PELAS DESIGUALDADES



R\$34,90



Jovem Aprendiz Senac

A menor distância
entre o saber, o
fazer e o mundo
do trabalho.



QUER
FAZER?
SENAC!

Sua empresa está
procurando aprendiz?
Tem jovem no Senac!



Escaneie e
saiba mais.



FECOMERCIO SP

PRESIDENTE Ivo Dall'Acqua
VICE-PRESIDENTE Rubens Medrano
SUPERINTENDENTE Antonio Carlos Borges

PB

revistapb.com.br

GESTOR DE COMUNICAÇÃO Lucas Mota MTB 46.597/SP
EDITORA Dimalice Nunes
REVISÃO Flávia Marques
DIRETORA DE ARTE Carolina Lusser
EDITORES DE ARTE Paula Seco, Joélson Buggilla e Alberto Lins
DESIGNERS Débora Faria, Jônia Caon e Maria Fernanda Gama
PROJETO GRÁFICO Paula Seco
CAPA Joélson Buggilla
COLABORAM NESTA EDIÇÃO Agência BORI, Antonio Lanzana, Benett, Caio Magri, Gustavo Rossetti Viana, Herbert Carvalho, Jaime Spitzcovsky, Moura Leite Netto, Nanci Vieira, Pâmela Brito, Paulo Delgado, Paulo Nassar e Vinicius S. Mendes
CONSULTORIA DE CONTEÚDO André Rocha

REDES SOCIAIS
CONTEÚDO Giovanna Costanti
DESIGN Lilian Doring
TRÁFEGO João Roz

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores e não refletem a opinião da PB. A publicação tem como objetivo privilegiar a pluralidade de ideias acerca de assuntos relevantes da atualidade.

FALE COM A GENTE
publicacoes@fecomercio.com.br

IMPRESSÃO Eskenazi



PB | #494

Os indicadores econômicos vão bem, obrigado. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) brasileiro é o mais alto da história. Quanto ao Produto Interno Bruto (PIB), ainda que tímidos, os crescimentos são consistentes, o que levou o Fundo Monetário Internacional (FMI) a colocar o Brasil de volta ao top 10 das economias mundiais. Mas o sentimento popular não é esse: o supermercado cada vez mais caro e o salário que não acompanha o custo de vida reforçam o quanto o País segue desigual.



QUER FICAR POR DENTRO DAS NOSSAS NOVIDADES?

ACESSE O SITE DA PB PELO CÓDIGO QR

Revista Problemas Brasileiros

@pbrevista

@canalUMBRASIL

É retratando e analisando a pluralidade, a diversidade e a complexidade do Brasil que a PB se atualiza e se reinventa.

Reportagens, artigos, ensaios e podcasts que lançam um olhar abrangente sobre a sociedade, a política, a cultura e as pessoas do País.

revistapb.com.br

Revista Problemas Brasileiros

@pbrevista

@canalUMBRASIL





8

Entrevista

LUIZ GALINA: “O BEM-ESTAR DO TRABALHADOR PRECISA DE TUDO O QUE O SESC DESENVOLVE”.

14

Capa

O QUE O IDH DIZ SOBRE A DESIGUALDADE?



22

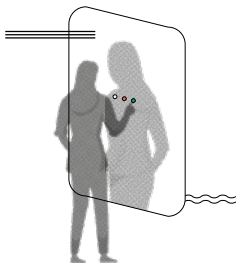
Artigo

“IRRESPONSABILIDADE FISCAL LIMITA O CRESCIMENTO”, POR ANTONIO LANZANA

23

Artigo

“O JOGO PARADO DA CHINA”, POR PAULO DELGADO



26

Notas

SITE PB E OUTROS DESTAQUES

28

Negócios

RECUPERAÇÃO JUDICIAL EM ALTA

32

Meio Ambiente

PRESERVAÇÃO COMO ATIVO

36

Política

“DEMOCRACIA INTERATIVA”, POR AGÊNCIA BORI

38

Saúde

A ONDA DA PROTEÍNA: SAÚDE OU MARKETING?



42

Artigo

“DAMATTA E A CHAVE PARA LER O BRASIL”, POR PAULO NASSAR

43

Artigo

“SEM PROTEÇÃO, NÃO HÁ ASG”, POR CAIO MAGRI

44

Literatura

GUIMARÃES ROSA E OS 80 ANOS DE ‘SAGARANA’

46

Charge

MUITOS BRASIS



Uma imagem não tão nítida

Há quem diga que os números não mentem. É verdade. Mas também é verdade que eles nem sempre contam uma história inteira. Um espelho pode refletir uma imagem perfeita e, ainda assim, esconder o que está logo atrás de quem se olha. O Brasil vive atualmente um desses momentos em que a fotografia parece melhor do que a sensação de quem está dentro dela.

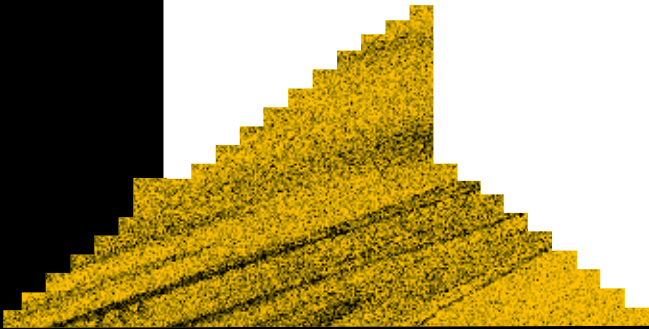
Temos motivos para comemorar. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) alcançou o maior patamar da nossa história. A expectativa de vida aumentou, a educação avançou e voltamos a figurar entre as maiores economias do planeta. Não são conquistas pequenas.

Mas basta sair às ruas para perceber que desenvolvimento não se mede apenas por indicadores. Mede-se pela tranquilidade de quem consegue pagar as contas, pela confiança de quem acredita que o esforço será recompensado, pela oportunidade de um jovem transformar estudo em prosperidade e pela esperança de que o CEP onde se nasce não determine o destino de uma vida inteira.

A reportagem de capa desta edição mostra justamente isso. Quando a desigualdade entra na conta, a imagem ganha melhor definição. O Brasil continua avançando, mas os contrastes socioeconômicos ainda desafiam nossa capacidade de construir uma sociedade mais equilibrada. O desafio, portanto, não é escolher entre crescer ou distribuir oportunidades — uma coisa depende da outra. Não existe desenvolvimento sustentável quando parte significativa da população permanece distante da educação de qualidade, do emprego produtivo, do crédito responsável e de serviços públicos eficientes. Tampouco haverá justiça social sem uma economia dinâmica, empresas competitivas e ambiente favorável ao investimento.

Indicadores funcionam como faróis: mostram a direção, mas não percorrem a estrada por nós. O futuro do Brasil dependerá da capacidade de transformar bons números em histórias de vida e crescimento em prosperidade compartilhada. Porque, no fim das contas, o verdadeiro desenvolvimento não é aquele que apenas melhora a fotografia do País, mas o que faz cada brasileiro perceber, todos os dias, que a própria vida também está melhor.

IVO DALL'ACQUA,
presidente da Federação do
Comércio de Bens, Serviços
e Turismo do Estado de São
Paulo, entidade gestora do
Sesc-SP e do Senac-SP



BEM-ESTAR COMO MISSÃO

entrevista JAIME SPITZCOVSKY
edição de texto DIMALICE NUNES

CRIADO EM 1946, QUANDO O BRASIL ACELERAVA A PASSAGEM DE UMA SOCIEDADE RURAL PARA UMA ECONOMIA URBANA E INDUSTRIAL, O SESC CHEGA AOS 80 ANOS COMO UMA DAS INSTITUIÇÕES MAIS RECONHECIDAS DO PAÍS. AO LONGO DESSE PERÍODO, A SOCIEDADE MUDOU SIGNIFICATIVAMENTE, AO PASSO QUE O SESC TAMBÉM TRANSFORMOU SUAS PRIORIDADES. SE, NO INÍCIO, CLÍNICAS MÉDICAS RESPONDIAM À FALTA DE UMA ESTRUTURA PÚBLICA DE SAÚDE, ATUALMENTE A ATUAÇÃO SE CONCENTRA, SOBRETUDO, NA CULTURA, NO LAZER E NO ESPORTE. “ESTAMOS SEMPRE COM AS ANTENAS LIGADAS”, AFIRMA **LUIZ GALINA**, ECONOMISTA, SOCIÓLOGO E DIRETOR-REGIONAL DO SESC SÃO PAULO. EM ENTREVISTA À **REVISTA PROBLEMAS BRASILEIROS** (PB), ELE REMEMORA A ORIGEM DA INSTITUIÇÃO E EXPLICA O MODELO DE FUNCIONAMENTO DAS UNIDADES — QUE REÚNEM TEATRO, PISCINA, CLÍNICA ODONTOLÓGICA E EXPOSIÇÕES SOB O MESMO TETO —, ALÉM DE ABORDAR DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS, COMO A INCLUSÃO DIGITAL, O COMBATE AO RACISMO, A VALORIZAÇÃO DAS PESSOAS IDOSAS E A EMERGÊNCIA CLIMÁTICA.

Como o Sesc começou e como chegou até agora, 80 anos depois?

A certidão de nascimento do Sesc é o Decreto-Lei 9.853, de 13 de setembro de 1946, assinado pelo então presidente da República Eurico Gaspar Dutra — democraticamente eleito ao fim da ditadura de Getúlio Vargas. É uma instituição virginiana, signo que, dizem, caracteriza boas organizações e pessoas e instituições organizadas. Na primeira metade da década de 1940, a Segunda Guerra Mundial ainda estava acontecendo e o comércio internacional foi tremendamente afetado. O Brasil importava quase tudo, principalmente da Europa e dos Estados Unidos. A guerra interrompeu esse fluxo, e o Brasil — predominantemente agrícola — foi obrigado a se industrializar para ter os bens que até então eram importados. Com o processo de industrialização, a população rural começou a migrar para as cidades e grande parte era analfabeta, com problemas de saúde, sem acesso à cultura e sem preparo para trabalhar na Indústria, no Comércio ou nos Serviços. As lideranças empresariais da época chegaram à conclusão de que se não houvesse uma ação efetiva para acolher essa população — para cuidar da saúde, do bem-estar, da educação, da moradia —, se não houvesse um esforço nacional, essas pessoas não estariam preparadas para viver no ambiente urbano. Preocupados com a situação, esses empresários organizaram, em 1945, a Conferência de Teresópolis, no Rio de Janeiro, e concluíram que precisavam assumir uma responsabilidade pelo desenvolvimento social de quem estava indo viver nas cidades. Então, foi elaborada a Carta da Paz Social, a base filosófica para a criação do Serviço Social do Comércio (Sesc), do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), do Serviço Social da Indústria (Sesi) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai). Nessa carta, os empresários assumem que, além do objetivo do seu negócio — a busca pelo lucro —, tinham que olhar também para o social. A ideia foi levada ao governo, com o compromisso de que o empresariado assumiria a responsabilidade por essa nova população urbana, pagaria a conta, mas seria necessária uma estrutura legal que apoiasse a iniciativa. O Senai já havia sido instituído em 1942 [pelo Decreto-Lei 4.048], e cada uma das demais instituições ganhou um decreto próprio para a sua criação.



A MISSÃO DO
SESC É FOCAR NA
IMPORTÂNCIA DO
TRABALHADOR,
QUE É A BASE DO
DESENVOLVIMENTO
DE UM PAÍS.”

Ao longo de 80 anos, qual é a maior conquista do Sesc?

Sem dúvida alguma, o Sesc e os outros que compõem o Sistema S tiveram (e têm) uma participação importante no desenvolvimento do Brasil, em todos os aspectos — econômico, social, cultural, de educação e de saúde. É o reconhecimento dos direitos humanos do trabalhador, de que ele precisa ter apoio e mecanismos que permitam seus desenvolvimentos educacional, social e da saúde. É reconhecer a importância do trabalhador na economia. Lembrando que a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) havia sido criada recentemente e os trabalhadores não tinham ainda mecanismos de proteção adequados. A missão do Sesc é focar na importância do trabalhador, da sua família e da comunidade, que é a base do desenvolvimento de um país.

O senhor descreveu muito bem essa vocação multidimensional do Sesc, de atuar em saúde, cultura e lazer. Como é feita a curadoria de uma atividade com um espectro tão amplo?

O Sesc, ao longo da sua história, vem fazendo um diagnóstico da situação e analisando onde os seus recursos seriam mais bem aplicados para o cumprimento da sua missão, que é promover o bem-estar social dos trabalhadores. No início, investiu muito em saúde. As primeiras unidades eram clínicas médicas, porque não havia o Sistema Único de Saúde (SUS). À medida que o Estado foi assumindo essa função, a escolha foi a de investir em cultura e lazer. Uma das primeiras unidades do Sesc é o Centro de Férias em Bertioga, no litoral de São Paulo, fundado em 1948, dando condições para que o trabalhador pudesse usufruir do seu período de férias, reconhecendo que o tempo de descanso é fundamental. Construir uma colônia de férias foi pioneiro, não se falava em lazer até a década de 1970, e, hoje, o lazer é uma reivindicação de todo o movimento de trabalhadores.

As 44 unidades do Sesc no Estado de São Paulo têm perfis semelhantes ou há uma grande variação do ponto de vista da infraestrutura e do que elas oferecem ao público?

A maioria segue um mesmo modelo, de centros culturais e desportivos, onde no mesmo espaço desenvolvem-se atividades esportivas, culturais e de saúde. Nesses espaços temos teatro, sala de exposição, clínica odontológica, piscina, quadras de esporte, um conjunto de atividades para promover o bem-estar do trabalhador. Um modelo único, muito particular do Sesc-SP. Há unidades especializadas, mas são poucas, como o CineSesc, reconhecido como um dos melhores cinemas de rua da capital paulista. Há ainda o Centro de Férias em Bertioga e o Centro de Pesquisa e Formação — nossa universidade corporativa, onde compartilhamos conhecimento em gestão cultural, esportiva e de saúde. Por fim, temos a editora, com mais de 400 títulos em catálogo, o Centro de Desenvolvimento Infantil e o Sesc São Bento, focado em odontologia.

Quando o Sesc foi criado, a economia e as relações de trabalho eram outras. Como a instituição adapta-se a essa nova realidade?

O bem-estar do trabalhador precisa de tudo o que o Sesc desenvolve: a música, o teatro, o cinema, o circo e as atividades esportivas. Somos, na verdade, centros de convivência: promovemos o encontro das pessoas para que convivam harmoniosamente, cada uma aceitando a outra do jeito que é. Então, trabalhamos muito, por exemplo, no tema do combate ao racismo, um estigma que precisa ser vencido.

Quais são as ações nesse campo?

Primeiro, a própria gestão do pessoal. Somos 9,7 mil funcionários, 53% do quadro é formado por mulheres e 44%, por pessoas afrodescendentes. Temos descendentes de indígenas. São poucos, mas temos. Porque, se estamos preocupados em combater o racismo, temos que ter a presença de profissionais negros, que entendam o quanto o racismo é nocivo. E há toda uma programação voltada para a valorização da cultura. Quais são os elementos da formação cultural do Brasil? Os povos originários, os negros e o europeu. Desse caldo de cultura, resulta um Brasil único. Mas, infelizmente, ainda temos racismo.

Como o Sesc trabalha a questão da tecnologia, tanto nas suas iniciativas como nas consequências no âmbito econômico?

Como organização, o Sesc precisa fazer o que todas as instituições e empresas fazem, evoluindo nos seus processos de trabalho e de gestão e utilizando todos os recursos da tecnologia da informação que existem. Também, na nossa programação, trabalhamos para que os recursos da tecnologia da informação estejam à disposição das pessoas que nos procuram. Na maior parte das unidades, há o Espaço de Tecnologia e Arte para o letramento tecnológico do público, porque

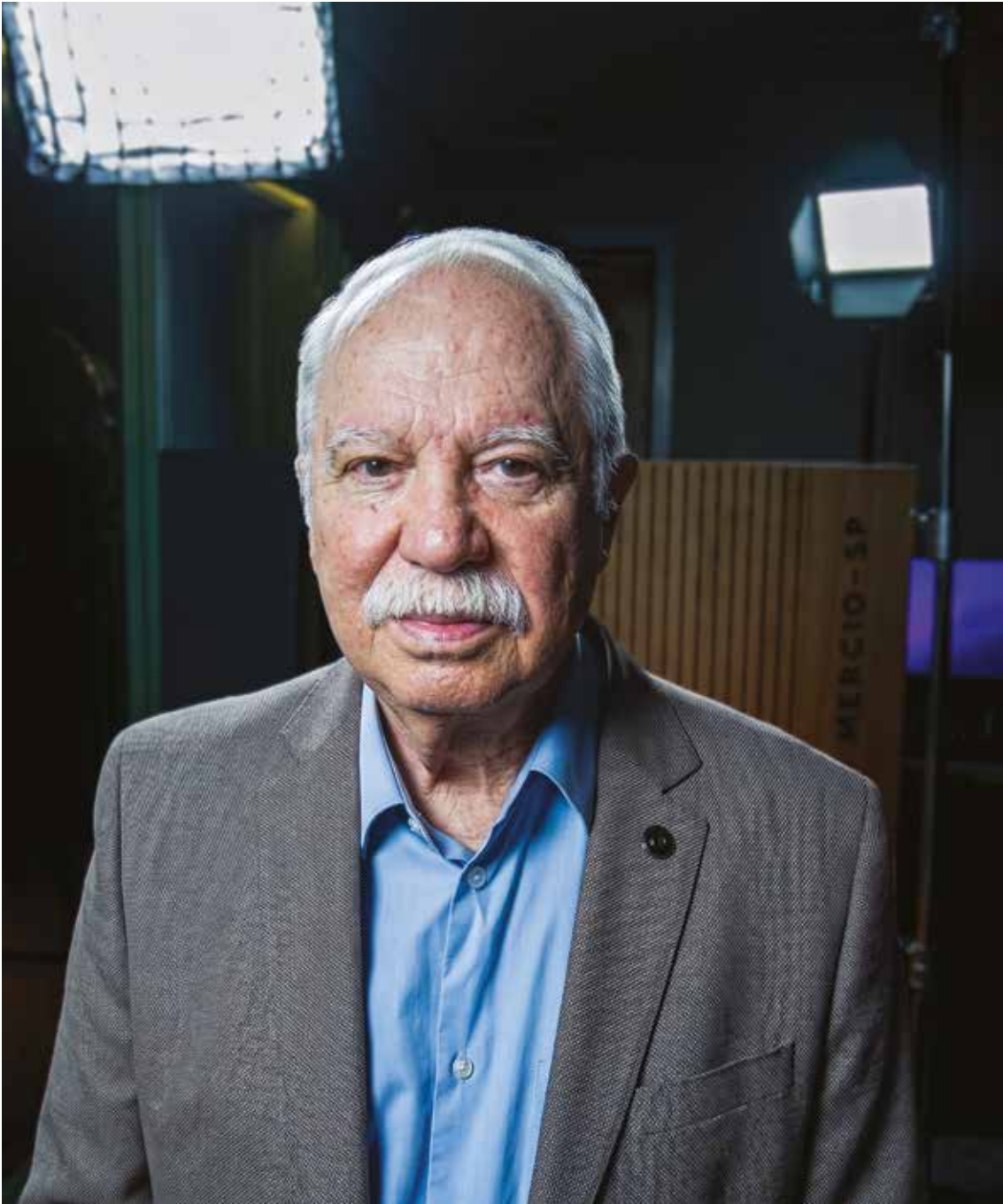


PROMOVEMOS
O ENCONTRO DAS
PESSOAS PARA
QUE CONVIVAM
HARMONIOSAMENTE,
CADA UMA ACEITANDO A
OUTRA DO JEITO QUE É.”

dominar o uso da tecnologia é tão importante quanto ser alfabetizado. Então, o Sesc, na sua programação, procura oferecer recursos para que as pessoas tenham contato com as soluções que a tecnologia da informação traz à vida cotidiana, à arte, à música, a tudo.

Há um aumento importante da população idosa e o Sesc tem, já há algum tempo, notoriedade pelas suas ações direcionadas a essas pessoas. O que o senhor pode nos contar?

O Sesc-SP foi pioneiro no trabalho social com a pessoa idosa, iniciado em 1963. No restaurante da unidade do Sesc Carmo, no centro de São Paulo, um técnico da equipe de educadores observou que os aposentados ficavam lá reunidos, batendo papo e jogando dominó depois do almoço. E esse funcionário se perguntou o que o Sesc poderia fazer por essas pessoas além de propiciar o ambiente de encontro. A partir dessa observação, começou o trabalho de reuni-los e promover ações para que o idoso se reconheça (e seja reconhecido) como um cidadão de plenos direitos. Que o idoso possa continuar a sua vida depois de aposentado, com normalidade; continuar estudando, frequentando círculos sociais, desenvolvendo amizades e que não tenha que ficar em casa de pijama. Quando o Sesc começou esse trabalho, alguém com 50 anos era considerado idoso. Atualmente, as pessoas estão chegando aos cem anos. O Sesc, então, desenvolveu toda uma metodologia de trabalho social de como educar a população para ter uma vida ativa na terceira idade. E, hoje, grande parte da nossa clientela — de 600 mil pessoas que frequentam as 44 unidades do Sesc-SP semanalmente — é idosa, que vem fazer ginástica, participar dos corais, assistir aos nossos shows musicais e



ao teatro, vem dançar. Organizamos bailes, excursões e encontros. Somos centros de desenvolvimento de educação permanente, onde as pessoas aprendem a se respeitar e aprendem que precisam ser respeitadas também. E o mesmo vale para os mais jovens. Nos espaços de brincar, trabalhamos com crianças de zero a seis anos, onde os educadores ensinam a importância do brincar para o desenvolvimento. Temos o Sesc Curumim, no contraturno escolar, em que as crianças de sete a 12 anos participam de atividades culturais e desportivas, complementando a formação escolar. E trabalhamos com grupos de jovens, que se reúnem para discutir os problemas relacionados à juventude e à adolescência, esse momento tão difícil da vida que é a preparação para a vida adulta, e também como o jovem pode se situar na dinâmica da sociedade atual.

O que o Sesc-SP reserva para o futuro? Estamos sempre com as antenas ligadas. No momento presente, o mundo está enfrentando a crise climática decorrente da poluição, da destruição das florestas, desse total descaso que a humanidade teve com seus recursos naturais. E a crise climática afeta quem? A pessoa com menos recursos, a pessoa que tem menor renda, a pessoa que não tem uma habitação adequada. Estamos muito focados na educação para a preservação e a valorização do meio ambiente, com ações voltadas para como cada um de nós pode colaborar no seu campo de atuação pessoal, profissional, familiar e comunitária. É um aprendizado no qual ações colaboram para que essa crise não se agrave. Estamos atentos também à evolução tecnológica. Gostemos ou não, a Inteligência Artificial (IA) está aí. Como é a relação das sociedades, das pessoas, com a IA? Então, promovemos ações nas quais as pessoas podem conhecer, discutir e refletir sobre como usar melhor esses recursos. Outro ponto é a violência contra a mulher. Infelizmente, o Brasil é campeão na questão da violência contra as mulheres. O que o Sesc deve fazer para que esse problema seja eliminado? O Sesc está antenado com os grandes problemas sociais de cada momento. E continuará sempre antenado.



O BEM-ESTAR DO TRABALHADOR PRECISA DE TUDO O QUE O SESC DESENVOLVE: A MÚSICA, O TEATRO, O CINEMA, O CIRCO E AS ATIVIDADES ESPORTIVAS.”

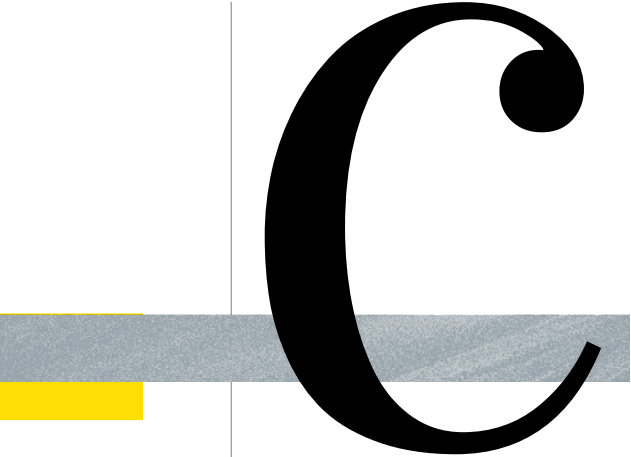
ASSISTA À ENTREVISTA NA ÍNTEGRA NA PLAYLIST DA PB NO CANAL UM BRASIL:



DESENVOLVIMENTO INCOMPLETO

Os indicadores econômicos vão bem, obrigado. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) brasileiro é o mais alto da história. Quanto ao Produto Interno Bruto (PIB), ainda que tímidos, os crescimentos são consistentes, o que levou o Fundo Monetário Internacional (FMI) a colocar o Brasil de volta ao top 10 das economias mundiais. Mas o sentimento popular não é esse — o supermercado cada vez mais caro e o salário que não acompanha o custo de vida reforçam o quanto o País segue desigual.

texto DIMALICE NUNES



Como medir o sucesso de um país? Até os anos 1980, o indicador mais usado para comparar países era o PIB per capita. A lógica era simples: quanto maior a renda média, mais desenvolvimento. Mas nem todos concordavam com a métrica e muitos economistas passaram a questionar essa linha de pensamento. Afinal, um país pode ser rico e boa parte de sua população não contar com serviços básicos. Além disso, crescimento econômico não se reverte integralmente em qualidade de vida. A partir dessa inconsistência, dois economistas ligados ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) — o paquistanês Mahbub ul Haq, considerado o principal idealizador do índice, e o indiano Amartya Sen, cuja teoria das capacidades serviu de base conceitual — criaram um indicador capaz de medir a renda de uma população, mas contemplando também pilares capazes de gerar oportunidades para viver melhor: longevidade e educação.

Haq costumava dizer que era preciso “tirar a obsessão dos economistas pelo PIB” e recolocar as pessoas no centro das políticas públicas. E a teoria de Sen defende que desenvolvimento é ampliar as liberdades e as capacidades das pessoas para que elas tenham uma vida longa e saudável, bem como adquiram conhecimento e uma renda suficiente para escolher os próprios caminhos. Segundo Sen, a riqueza é apenas um meio; o objetivo final é ampliar as possibilidades de vida das pessoas. Em 1990, nasceu o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), uma crítica em forma de números à maneira como o mundo mensurava o progresso dos países.

Na primeira edição do relatório, o IDH do Brasil era de 0,610, o que o classificava como um país de baixo desenvolvimento humano. Em 2024 (último dado disponível, publicado em maio de 2026), o IDH brasileiro havia saltado para 0,805, dado que coloca o País na faixa de muito alto desenvolvimento humano, o maior patamar da história. O índice principal é composto por três pilares — longevidade, educação e renda, que, de acordo com o último relatório, alcançaram, respectivamente, 0,860, 0,798 e 0,760, numa escala que vai de 0 a 1. Os dados publicados recentemente fazem parte de um estudo do Pnud específico para o Brasil, o Radar IDH-M, cuja edição anterior correspondia a 2012, com um IDH de 0,744.

De forma desagregada, olhando para as dimensões que compõem o índice, o IDH Longevidade também cresceu de 2012 a 2024, saindo de 0,829 para 0,860, ao passo que o IDH Educação passou de 0,679 para 0,798. Por sua vez, o IDH Renda teve uma trajetória mais oscilante durante esses anos, repercutindo tanto o impacto da crise econômica iniciada em 2015 quanto da pandemia. Mesmo assim, saiu de 0,732, em 2012, para 0,760, em 2024.

À exceção do período da pandemia, o IDH e seus componentes apresentam uma sequência sustentada de alta. Mas não é preciso vasculhar com olhos de especialista uma longa lista de dados e estatísticas para saber que a vida, de fato, não melhorou tanto assim. E é o próprio relatório do Pnud que aponta para uma resposta. Quando o índice é ajustado contemplando a desigualdade, a história começa a mudar. Enquanto o IDH puro e simples passou de alto para muito alto de 2012 para 2024, o índice ajustado pela desigualdade social passou de baixo para médio, ou de 0,566 para 0,641.

“O IDH é um valor médio”, resume Fabio Waltenberg, professor de Economia na Universidade Federal Fluminense (UFF) e pesquisador no Centro de Estudos de Desigualdade e Desenvolvimento (Cede). E, como qualquer média, o indicador não é capaz de captar as nuances de uma população, principalmente de uma tão heterogênea quanto a brasileira. “O IDH diz como a sociedade melhorou, na média, ao longo do tempo. Mas, sozinho, não lança luz sobre as desigualdades embutidas no índice”, acrescenta o professor, detalhando que quando a desigualdade entra na conta, é como se fosse aplicado um tipo de desconto, reduzindo o valor do índice. “É interessante, porque evidencia como somos jogados para trás no ranking internacional quando o índice é ajustado”, pontua. De acordo com o relatório do Pnud, a partir da média dos valores de toda a série, o IDH ajustado representa 77,5% do IDH, implicando uma perda de 22,5%.

Contudo, colocando os dados em perspectiva, estes seguem positivos. Enquanto o IDH cresceu 8,2%, de 2012 a 2024, o índice ajustado pela desigualdade subiu 13,2%, no mesmo período.

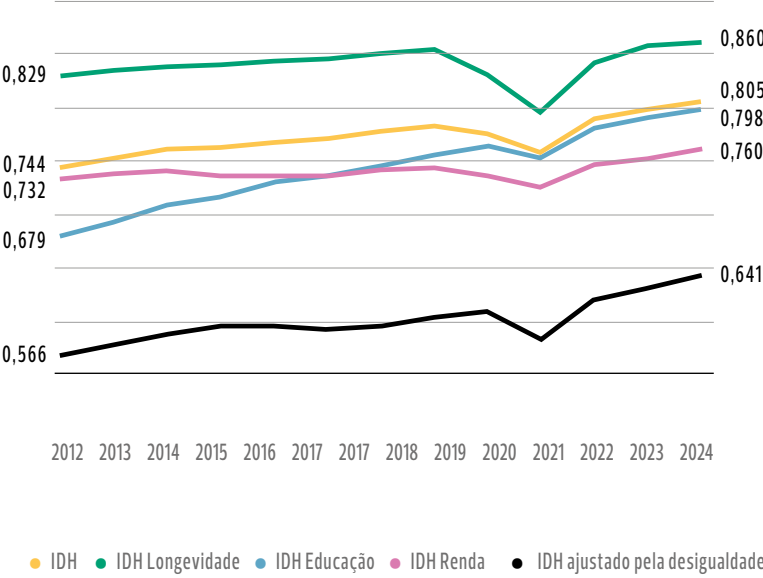
“O BRASIL JÁ FOI A SEXTA MAIOR ECONOMIA DO MUNDO E, MESMO ASSIM, PERMANECEU ENTRE OS PAÍSES MAIS DESIGUAIS DO PLANETA. É POSSÍVEL AUMENTAR O PIB CONCENTRANDO RENDA.”

CARLA BENI, economista e professora na Fundação Getulio Vargas (FGV)

É para essa evolução que o diretor da FGV Social, Marcelo Neri, chama a atenção. Enquanto o indicador representa a fotografia, sua evolução é um filme que merece ser assistido. “Quando analisamos o IDH e o IDH ajustado pela desigualdade, comparamos duas fotografias, e a segunda tem maior resolução. Mas é o filme que mostra a evolução”, compara. Uma analogia semelhante é feita por Waltenberg. “Num catálogo de tintas, os tons parecem todos iguais, mas quando olhamos para o primeiro e para o último, a diferença fica evidente”, descreve. “A desigualdade é uma marca brasileira, uma marca latino-americana, que sempre aparece na fotografia. Agora, se a transformarmos num filme, poderemos ver que o avanço é maior”, completa Neri.

O diretor da FGV Social esclarece também que o filme do IDH ajustado pela desigualdade mostra uma sociedade convergindo para a equidade. O problema é que isso leva tempo. Muito tempo. “O dado que mais me chama a atenção, quando tento descrever o Brasil, é que para alguém sair dos 25% mais pobres e entrar nos outros 75%, que incluem os 25% mais ricos, leva 175 anos”, opina. A convergência pode acontecer, mas demora quase dois séculos.

TRAJETÓRIAS DO DESENVOLVIMENTO



Fonte: Radar IDHM, Pnud.



RAÇA, GÊNERO E TERRITÓRIO

Quando a desigualdade entra no IDH, melhoramos a resolução da fotografia do desenvolvimento humano brasileiro, mas é possível aumentar o grau da lente para enxergar onde e como essa desigualdade marca a sociedade. Por isso, incluir as variáveis gênero, raça e território na equação ajuda a clarear o cenário e a entender por que o IDH puro não reflete a vida real. “Quando analisamos uma média, ou mesmo quando levamos em conta a desigualdade, estamos falando da desigualdade entre pessoas quaisquer, e não olhando para as características dessas pessoas. O olhar sobre a desigualdade é sempre múltiplo”, pondera Waltenberg.

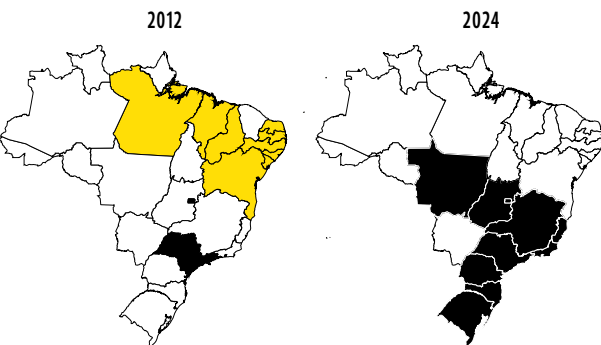
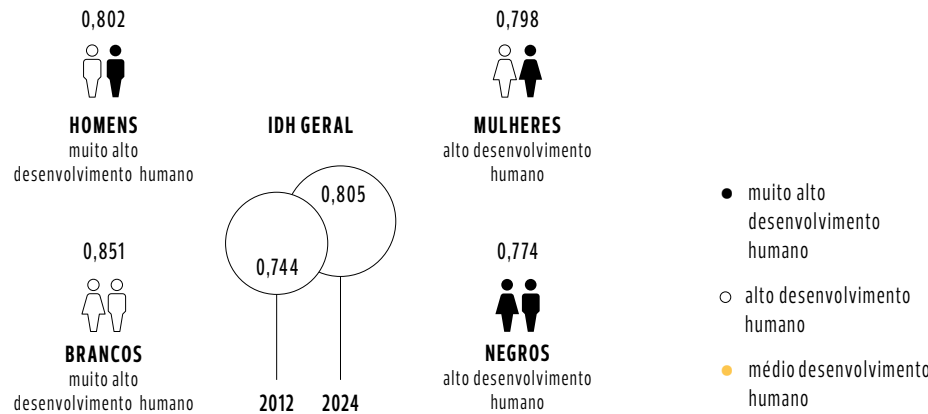
O IDH brasileiro é 0,805, certo?! Mas sobe para 0,851 quando considera só as pessoas brancas e cai para 0,774 quando consideradas apenas as negras, o que implica, inclusive, a queda de faixa de muito alto desenvolvimento para alto desenvolvimento. No entanto, embora o IDH da população branca tenha permanecido um nível acima do da população negra, o índice para os negros registrou crescimento de 10,3% de 2012 a 2024, ritmo quase duas vezes maior que o da população branca (5,5%), reduzindo a distância entre os grupos de 14% para 9%. Além disso, se para os homens o IDH é 0,802, para as mulheres é 0,798, também com queda para o nível de alto desenvolvimento.

“Gênero influencia, sobretudo em razão das expectativas diferenciadas sobre meninos e meninas, das responsabilidades de cuidado que normalmente recaem sobre as mulheres e que podem diminuir sua renda — ou das responsabilidades de contribuir financeiramente para o orçamento da família, que tendem a ter um peso maior para meninos, a ponto de fazê-los deixar a escola mais cedo”, detalha Joice Melo Vieira, livre-docente na área de Fecundidade, Nupcialidade e Família no Departamento de Demografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas (IFCH-Unicamp) e

pesquisadora no Núcleo de Estudos de População Elza Berquó (Nepo-Unicamp). “Raça, seguramente, pesa, seja por causa da discriminação, seja por causa das desvantagens históricas que se acumulam ao longo das gerações, com menos acesso a educação, trabalho e, consequentemente, renda”, assegura.

Mulheres vivem e estudam mais, então, a desvantagem em relação aos homens está na renda. Contudo, a evolução é digna de nota. Na comparação entre 2012 e 2024, a disparidade no rendimento médio dos ocupados entre os gêneros diminuiu, passando de R\$ 401,88, em 2012, para R\$ 343,85, em 2024. A distância entre homens e mulheres no IDH Renda, que era de 0,177 em 2013, chegou a 0,143 em 2024, refletindo novamente os homens na faixa mais alta do desenvolvimento, enquanto não se alterou a faixa de classificação das mulheres. Apesar disso, no recorte por raça/cor, a desigualdade aumentou: em 2012, a população branca recebia, em média, R\$ 724,10 a mais que a negra, diferença que subiu para R\$ 748,99. Entre 2012 e 2024, a população negra obteve rendimento equivalente a 56% e 60% do rendimento da população branca, enquanto as mulheres obtiveram entre 73% e 80% do rendimento dos homens.

“A desigualdade territorial tem a ver com a localização dos equipamentos públicos que facilitam o acesso às oportunidades”, resume Joice. E os dados do Pnud deixam bem claro como as chances de uma vida melhor são mal distribuídas em solo brasileiro. Os avanços são inegáveis, porém, com os dados desagregados por unidades da Federação, boa parte do território está na faixa de alto desenvolvimento, enquanto o índice médio é de muito alto desenvolvimento. Distrito Federal (0,866), São Paulo (0,838), Santa Catarina (0,833), Paraná (0,822) e Rio de Janeiro (0,819) estão no topo da tabela; do lado oposto, Maranhão (0,745), Alagoas (0,746), Acre (0,754), Pará (0,758), Bahia e Amapá (ambos com 0,759).



Fonte: Radar IDH - Pnud, Radar IDH e IpeaData

“O IDH DIZ COMO A SOCIEDADE MELHOROU, NA MÉDIA, AO LONGO DO TEMPO. MAS, SOZINHO, NÃO LANÇA LUZ SOBRE AS DESIGUALDADES EMBUTIDAS NO ÍNDICE.”

FABIO WALTEBERG, professor de Economia na Universidade Federal Fluminense (UFF) e pesquisador no Centro de Estudos de Desigualdade e Desenvolvimento (Cede)

“São diversos Brasis e esses dados precisam ser desagregados. Ainda temos muitas diferenças entre Estados do Sul e Sudeste, e os do Norte e Nordeste”, reforça Fernando de Souza Coelho, professor de Gestão de Políticas Públicas na Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP). O professor lembra, ainda, as brutais discrepâncias internas não captadas pelo IDH em cada um das unidades federativas, como as existentes entre o plano-piloto de Brasília e as regiões do entorno da capital federal. Ou entre os bairros centrais e os periféricos das grandes cidades.

A expectativa de vida, dimensão importante do IDH, é de 80 anos no bairro da Consolação, no centro da Cidade de São Paulo. A pouco mais de 15 quilômetros de distância está o bairro de Brasilândia, na zona norte, com 64 anos, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). “O que observamos quando esses resultados são divulgados — e deve-se comemorar a transição simbólica de alto desenvolvimento para muito alto — é também discutir as condições de um indicador sintético que, por vezes, é uma aproximação de representação da realidade, com limitações que mascaram a desigualdade”, ressalta Coelho.

MAS... E O PIB?

Crescimento econômico é importante, ninguém discorda. Mas a conversa ganha novos tons quando o olhar se volta para a qualidade de vida das pessoas. O PIB brasileiro expande-se de forma

consistente desde 2021, após a retração no ano mais duro da pandemia de covid-19. O crescimento foi de 4,8% em 2021, 2,9% em 2022, 3,4% em 2024 e 2,3% em 2025. Para este ano, o mercado financeiro estima um avanço de 1,99%, e o FMI, mais otimista, espera alta de 2,4%, o que leva o Brasil de volta ao clube das dez maiores economias do mundo. No entanto, trazer o PIB para a vida das pessoas exige, de cara, uma operação matemática: dividir toda a riqueza produzida pelo País pelo seu número de habitantes. O PIB per capita brasileiro, divulgado pelo IBGE, atingiu R\$ 59.687,49 em 2025, em torno de US\$ 11 mil por habitante, abaixo da média global. Por esse indicador, o Brasil desaba da 10ª para a 90ª posição mundial, atrás das economias centrais e de países da América do Sul, como Argentina e Chile.

“O Brasil já foi a sexta maior economia do mundo e, mesmo assim, permaneceu entre os países mais desiguais do planeta. É possível aumentar o PIB concentrando renda”, afirma Carla Beni, economista, professora na Fundação Getúlio Vargas (FGV) e conselheira do Conselho Regional de Economia do Estado de São Paulo (Corecon-SP). O Brasil enfrenta limitações estruturais permanentes, avalia. Além da concentração de renda, que faz o crescimento econômico beneficiar, primeiro, os setores de alta tecnologia ou de commodities, que geram menos empregos, há a precarização do trabalho — com a criação de vagas informais ou de baixa remuneração, o que impede que a riqueza chegue à base da sociedade. E barreiras de acesso aos serviços públicos, uma vez que, sem reformas tributárias progressivas e investimentos maciços em Educação, o crescimento econômico não rompe o ciclo da pobreza. “É possível ter uma boa evolução do PIB ao governar exclusivamente em favor de grupos específicos da sociedade. Melhorar o IDH pressupõe olhar a população de forma abrangente”, salienta Joice, da Unicamp.

Outro dado importante para entender como o dinheiro chega (e sai) do bolso do brasileiro é o rendimento médio mensal, medido pelo IBGE, de R\$ 3.367 em 2025, outro valor recorde. Para além do crescimento da renda, pela ótica macroeconômica, o Brasil vive também um período



A expectativa de vida
ao nascer é de

79,75

anos no Distrito Federal e de

74,32

anos no Amapá

A população adulta com
ensino fundamental completo é

83,38%

no Distrito Federal e de

59,14%

na Paraíba

A renda per capita domiciliar é de

R\$ 1.465,10

no Distrito Federal e de

R\$ 482,46

no Maranhão

de inflação sob controle e desemprego no menor nível da história. Ainda assim, a sensação predominante é de empobrecimento, de perda de poder aquisitivo. “Há um descolamento entre os dados e o sentimento das pessoas, que é real. A dificuldade em conseguir uma moradia, o excesso da própria exploração do sistema capitalista, enfim, tudo isso torna a vida mais difícil, mais árdua”, constata Carla.

O dinheiro limitado e a frustração em alta de-ságuam num outro indicador que ajuda a compreender a sensação de remar muito sem sair do lugar — o endividamento. “O aumento real da renda é importante para o consumo das famílias, mas há todo um volume de crédito disponível com a democratização do sistema financeiro que, muitas vezes, leva a população a perder o controle, somado à taxa de juros, ainda muito elevada”, enfatiza a professora da FGV. Cerca de 30% da renda das famílias brasileiras estava comprometida com dívidas no início do ano, de acordo com a Radiografia do Endividamento de 2026, estudo da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP). A taxa repete-se pelo menos desde 2023. Teresina (PI) lidera o ranking, com 42% dos rendimentos mensais das famílias comprometidos com o pagamento de dívidas. Em Natal (RN), a taxa é de 36%, e em Macapá (AP), de 35%. O estudo mostra também que capitais de diferentes perfis têm o mesmo nível de endividamento, como é o caso de Macapá e São Paulo (SP), ambas com 69% das famílias endividadas. Enquanto a primeira é uma cidade de menor porte, com aproximadamente 500 mil habitantes, a outra é a maior metrópole do País. O ranking dos mais endividados completa-se com Campo Grande (MS) e Belém (PA), com 70% de endividamento, e Florianópolis (SC), com 73%.

ESTUDAR MAIS, GANHAR MENOS

Uma questão mais subjetiva apontada pelos economistas ajuda a explicar o descolamento

entre os bons dados e o sentimento das pessoas de que a vida não melhora. Ao analisar as informações da série histórica do IDH, a dimensão Educação foi a que mais contribuiu para o crescimento do índice ao longo do tempo e em todos os grupos sociais. O IDH Educação, que era de 0,679 em 2012, passou para 0,798 em 2024. Entre as mulheres, historicamente mais escolarizadas, o índice subiu de 0,709 para 0,817; e entre os homens, de 0,650 para 0,779. Entre as pessoas brancas, passou de 0,748 para 0,839; e entre as negras, de 0,623 para 0,770.

“O Brasil é bom nesse critério [Educação], mas não é bom em transformar o avanço da educação em avanço do mercado de trabalho ou de renda no sentido estrutural”, resume Neri, da FGV Social. O professor acrescenta que o Brasil é, na verdade, um ponto fora da curva. “Nessa visão de longo prazo, se lembrarmos do milagre econômico [período entre 1968 e 1973, durante a ditadura militar], o Brasil cresceu a taxas altas, mas a desigualdade aumentou. Em 1980, um adulto brasileiro tinha, em média, três anos de estudo, mesmo número de 15 anos antes, mas a produtividade no milagre econômico deu um salto”, compara Neri. Atualmente, os brasileiros têm, em média, dez anos de estudo, “mas a produtividade ficou estagnada”, reforça.

Essa é uma observação dos estudiosos do tema, mas também empírica de quem vive essa realidade. Se até o início do século 21, ter um diploma universitário era garantia de ascensão social expressiva em relação à geração anterior (que não contava com os anos a mais de estudo), o que se vê, com frequência, são jovens, notadamente os de classe média, em declínio social em comparação com os pais. Para os mais pobres, que contam com uma base de comparação mais precária, o ganho ainda é evidente. Um jovem com diploma universitário pode ganhar até 126% a mais em comparação com quem parou no ensino médio. Segundo o IBGE, enquanto profissionais com esse nível de ensino recebem em média R\$ 2.291, graduados alcançam R\$ 5.796 por mês.

Quando o ensino não eleva a produtividade, o efeito sistêmico dela sobre a renda é baixo. “A educação funciona muito mais como um processo inclusivo, redemocratizante e de acesso a direitos humanos básicos. Melhorar a conexão entre educação e renda é ter ganhos de produti-

vidade. E ganhos de produtividade do mercado de trabalho são permanentes. Precisamos disso para garantir uma sociedade mais longa e com mais qualidade de vida”, finaliza Neri.

“Estamos falando de um aumento da qualificação educacional que, muitas vezes, não se reflete no mercado de trabalho”, sinaliza Coelho, da EACH-USP. Segundo o professor, discutimos a melhoria do mercado de trabalho, que, porém, ocorre em grande parte por meio da informalidade, caracterizada pela renda menor. Portanto, temos uma população economicamente ativa de aproximadamente 110 milhões de pessoas, das quais um pouco mais de 100 milhões estão empregadas, mas com uma renda média de pouco mais de R\$ 3 mil. “Ou pouco mais de US\$ 500. É baixa, muito baixa. As explicações para isso são tanto conjunturais quanto estruturais, com uma qualificação formal que não tem os desdobramentos esperados na competência do trabalhador”, destaca Coelho.

FILME COM FINAL FELIZ

Mas, afinal, o que é preciso fazer para transformar crescimento econômico, aumento da expectativa de vida e mais anos de estudo num desenvolvimento humano que não seja só bonito na foto, mas que melhore o filme que conta a história dos brasileiros?

“O processo de crescimento no âmbito econômico não basta. Temos de trabalhar esse desenvolvimento sem abrir mão de políticas públicas que joguem luz em dois conceitos que ainda estamos aprendendo a trabalhar no Brasil: transversalidade e interseccionalidade”, sugere Coelho. Em outras palavras, o caminho é pensar nas soluções para os problemas públicos não por uma abordagem setorial — educação, saúde, assistência social, cultura —, mas, sim, a partir da relação entre todas essas áreas. “A ideia de integralidade do problema público requer abordagens transversais que joguem luz na desigualdade, com análises sérias a partir de gênero, de etnia e raça, de territórios e de faixas etárias”, recomenda. Segundo o professor, avançamos muito na capacidade de diagnóstico, e não é por falta de dados que temos problemas na formulação de políticas públicas. “Mas, por vezes, quando olhamos para os arranjos de implementação dessas políticas, falta o foco na transversalidade, na interseccionalidade”, conclui.

FELICIDADE NACIONAL BRUTA

Introduzida pelo rei do Butão, Jigme Singye Wangchuck, em 1972, a Felicidade Nacional Bruta (FNB) tem sido, desde então, o princípio orientador desse pequeno país asiático com cerca de 800 mil habitantes. A FNB tem foco num desenvolvimento que equilibra progresso econômico com proteção ambiental, preservação cultural e boa governança, pilares medidos por nove indicadores: saúde, educação, padrão de vida, vitalidade comunitária, resiliência cultural, uso equilibrado do tempo, meio ambiente, boa governança e bem-estar psicológico. Todo projeto de lei do Butão é avaliado por esse índice antes de ser aprovado, num modelo que diverge dos métodos convencionais de medição de progresso, como o PIB, e foi reconhecido como uma alternativa mais humana e sustentável para medir a prosperidade.

&

IRRESPONSABILIDADE FISCAL LIMITA O CRESCIMENTO

Uma das características da política econômica atual é a preocupação com o aumento da arrecadação. As medidas adotadas com esse objetivo são tantas que enumerá-las, certamente, não caberia neste espaço. De forma simplificada, nota-se que a carga tributária subiu mais de 2 pontos percentuais (p.p.) em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) — 2025 sobre 2022 —, o equivalente a cerca de R\$ 255 bilhões, em preços de 2025. Mais recentemente, dados do Tesouro Nacional mostram um crescimento real da receita bruta do Governo Central de 5,2% no primeiro semestre deste ano e de 10% em junho, sempre em relação a iguais períodos de 2025.

Aumentos de impostos afetam diretamente a capacidade de crescimento do País, na medida em que reduzem a geração de recursos por parte das empresas e diminuem as taxas de retorno dos investimentos. Embora ainda com consequências negativas, a situação seria diferente se a elevação da carga tributária resultasse em redução da relação entre dívida e PIB, o que viabilizaria a queda das taxas de juros. Mas o que ocorreu foi exatamente o contrário, com essa relação passando de 71,7% no início da gestão atual e devendo encerrar 2026 com 83%. Por que isso ocorreu mesmo com o aumento da carga tributária?

O objetivo do governo ao aumentar a arrecadação foi gerar recursos para ampliar os gastos públicos, conflitando com a política do Banco Central (BC) de levar a inflação para dentro da meta. Ao ampliar os gastos, o governo pressiona a demanda da economia e obriga o BC a elevar as taxas de juros para reduzir o gasto privado. A manutenção de juros extremamente elevados e por longo período influencia as contas do setor público e a situação do setor privado.

Frequentemente, o governo destaca que as metas do arcabouço fiscal estão sendo cumpridas ao se referir ao superávit primário. Vale observar, porém, que essas metas só foram alcançadas pela retirada de várias despesas do cálculo. Além disso, o que é relevante para a dinâmica da dívida é o déficit nominal (que inclui as despesas com juros), atualmente acima de 8% do PIB, um dos maiores do mundo. Esse quadro aumenta o risco Brasil e pressiona ainda mais as taxas de juros.

Os desdobramentos dessa política não se limitam ao setor público. Taxas elevadas de juros e incentivos à tomada de crédito, com a criação de várias linhas especiais em ano eleitoral, levam a um quadro recorde de inadimplência das pessoas físicas, sendo que o Desenrola 2.0 é apenas um paliativo.

Do lado empresarial, os reflexos encontram-se no número recorde de pedidos de recuperação judicial, com crescimento de 80% no primeiro trimestre de 2026 em relação ao mesmo período de 2023, e nos pedidos de recuperação extrajudicial, com expansão de 425% em 2025 relativamente a 2021, de acordo com a plataforma Monitor RGF de Recuperação Judicial.

As consequências desse cenário sobre as decisões de investimento são dramáticas. No período de janeiro a maio deste ano em comparação com os mesmos meses de 2025, enquanto a Indústria como um todo cresceu 1,4%, a produção de bens de capital caiu 4,8%. E mais: dados da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq) mostram que, no primeiro semestre deste ano, houve uma queda no consumo aparente de bens de capital (produção industrial nacional mais importações menos exportações) de 15%.

A taxa de investimento, ao lado da produtividade, é crucial para a determinação da capacidade de crescimento da economia, o que explica a expectativa de crescimento do PIB de apenas 2% em 2026, reforçando a tendência que acompanha o Brasil de crescer sistematicamente abaixo do restante do mundo nos últimos anos. Em outras palavras, estamos ficando relativamente cada vez mais pobres.

&

O JOGO PARADO DA CHINA

Como consequência involuntária das sanções impostas pela Europa e pelos Estados Unidos à Rússia ao longo da última década, a moeda chinesa, o iuan, oficialmente denominada *renminbi* (RMB), ou a “moeda do povo”, encontrou um atalho para testar, em grande estilo — e sem se deslocar em campo —, os meios de se tornar uma moeda internacional. Um feito notável para um país que tem a conta de capital fechada.

O fato é que a gigante Rússia passou a usar o *renminbi* de forma quase exclusiva em suas trocas com a China, o seu maior parceiro comercial. De modo mais amplo, atualmente mais de 50% das transações russas com o exterior são realizadas em RMB. Não custa lembrar que a Rússia é o país com o maior território do mundo e uma das dez maiores economias do planeta, além de ser uma nação com forte influência política regional e capacidade de projetar força militar para além de sua região. E, hoje, a Rússia depende da moeda chinesa para fazer seu comércio internacional.

Recentemente, o banco central da Rússia começou a exigir que os bancos comerciais de seu país mantenham reservas obrigatórias em RMB para evitar a escassez da moeda chinesa no mercado de câmbio, além de conter a concessão excessiva de crédito inflacionário. Caso isso se confirme, teremos, na prática, a transferência de parte da política monetária russa para Pequim.

Contudo, se a Rússia entregou-se à China para sobreviver, não há o que dizer de países que se entregam à China para, voluntariamente, se enfraquecerem como nação. São vários exemplos de países democráticos tornando-se fazendas da China, montadores de automóveis da China, indiferentes ao regime político-econômico fechado do país.

Agora, a “renminbização” da Rússia envolve um país de tamanho e relevância que dolarização nenhuma jamais chegou perto. O país mais importante dominado pelo dólar até hoje foi a Argentina, que ainda é bem relevante na América Latina, mas, inclusive por causa das suas políticas — entre erráticas e esdrúxulas —, tem decaído internacionalmente.

Muito antes de iniciar sua jornada como moeda internacional, a moeda do povo foi uma criação sub-regional na China, em um percurso bastante peculiar. Moeda chinesa revolucionária, o *renminbi* teve origem antes mesmo da fundação da República Popular da China (RPC), em 1949. Foi criada para ser usada nas partes do país controladas pelo Partido Comunista durante a guerra civil. A partir de 1º de outubro daquele mesmo ano, foram estatizados todos os bancos do país e o RMB virou a moeda oficial.

Uma outra ironia sobre as voltas que o mundo dá é que, lá, naquele princípio de República Popular, as autoridades de Moscou esnobaram bastante a China. Quando Mao Zedong foi a Moscou, entre o fim de 1949 e o início de 1950, o líder soviético Stalin deu memoráveis chás de cadeira no líder chinês, entre outras descortesias. Hoje, o tratamento que o gigante asiático está oferecendo a Moscou é muito mais cordial e aproveita a asfixia imposta pelo Atlântico Norte à Rússia.

A expansão do uso do RMB para além das fronteiras chinesas é parte de um período extremamente favorável à expansão da China mundo afora, contando, inclusive, com as caneladas ideológicas que o Brics tenta dar no dólar. A China não gosta de tocar a bola de primeira; é mestre em ficar na banheira esperando a bola perdida, ou o passe perfeito do alinhado deslumbrado, ou o cálculo mesquinho do adversário desinformado. Inatividade estratégica é o nome que se dá no futebol à arte de jogar parado e fazer gol. O peso da China vai crescendo como consequência involuntária de ações tomadas de forma unilateral, abrupta, ingênua e arrogante por outros países, incluindo os Estados Unidos.

Em grande parte, tem bastado à China receber a bola e fazer o gol, usando os erros de países que acabam cooperando com sua ascensão e a ambição dos iludidos com a vantagem estratégica de um alinhamento automático. Ninguém sabe no que vai dar tal campeonato!

&



ANTONIO LANZANA, presidente do Conselho Superior de Economia, Sociologia e Política da FecomercioSP e professor na Universidade de São Paulo (USP) e na Fundação Dom Cabral (FDC)



PAULO DELGADO, sociólogo, cientista político e diretor de Relações Institucionais da FecomercioSP



O PAÍS ESTÁ POLARIZADO. O UM BRASIL, NÃO.

O MAIOR CABO ELEITORAL EM UM BRASIL DIVIDIDO É O MEDO.

No nosso canal, o diálogo é democrático, diversificado, inclusivo e aberto para compartilhar e receber ideias.

Por exemplo, a entrevista que publicamos em fevereiro deste ano em torno do cenário eleitoral, com **Felipe Nunes**, professor na Fundação Getúlio Vargas (FGV), CEO da Quaest e autor do livro *Brasil no espelho: um guia para entender o Brasil e os brasileiros* (Globo Livros).

A conversa girou em torno da divisão que a política nacional vive e da necessidade de mudar o cenário atual, buscando a inovação e um ambiente institucional mais seguro.

ASSISTA AGORA E
APROVEITE PARA
CONFERIR OUTRAS
ENTREVISTAS DO
UM BRASIL.



UMBRASIL.COM

UM BRASIL

@canalumbrasil

UMA REALIZAÇÃO

FECOMERCIO^{SP}



Frete sob pressão

Receber uma compra pela internet em menos de 24 horas deixou de ser diferencial, mas pode ficar mais caro. Com taxa de vacância de 6,4%, mínima histórica, a escassez de galpões logísticos próximos aos grandes centros pressiona os aluguéis e eleva o custo do frete. O comércio eletrônico deve movimentar R\$ 258 bilhões em 2026 e seguir crescendo, pelo menos, 10% ao ano até 2029. E a logística consolida-se como um dos principais fatores de competitividade do varejo digital — e um novo termômetro para os investimentos imobiliários.

Quantos amigos precisamos ter?

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), uma em cada seis pessoas no mundo é afetada pela solidão, condição associada a cerca de cem mortes a cada hora — mais de 871 mil por ano. O isolamento chega a ser tão prejudicial à saúde quanto fumar 15 cigarros por dia. Por isso, a OMS e outras autoridades da área passaram a falar em epidemia de solidão. A vacina é simples, mas cada vez mais difícil de administrar em tempos rápidos e digitais: manter conexões reais e profundas com outros seres humanos.

Os 80 girassóis de Alceu Valença

Poucos artistas brasileiros arrebataram uma legião de fãs tão fiel e renovada como Alceu Valença, cantor e compositor pernambucano que acaba de completar 80 anos sem jamais se afastar de suas raízes. A música de Alceu é, sem dúvidas, “o Nordeste ligado na tomada”, como ele mesmo descreveu. Sua obra é revolucionária: eletrificou o repente e o maracatu, misturou rock com frevo e baião e levou o blues para o sertão.

FUTEBOL, IDENTIDADE E LINGUAGEM

No Brasil, aprendemos a interpretar a vida pela experiência e pela linguagem do futebol. Afinal, até quem não tem familiaridade com o esporte já se pegou dizendo “bola fora” ou “pisou na bola” — expressões que atravessam gerações e fronteiras sociais. E o futebol segue sendo, para o brasileiro, uma espécie de veneno-remédio. A definição é de **José Miguel Wisnik**, compositor, músico, ensaísta e professor de Literatura Brasileira na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). Em entrevista ao Canal **UM BRASIL** e à **Revista Problemas Brasileiros** (PB), em parceria com a Associação Brasileira de Comunicação Empresarial (Aberje), Wisnik mergulha nas complexidades culturais que moldam o País.



DÁ PARA RECUPERAR?

texto VINÍCIUS S. MENDES

A

Até antes da pandemia, o pequeno negócio de Márcio Castro, um comércio de carrinhos de bebê, ia de vento em popa. Ele não apenas man-
tinha os primeiros clientes — da época em que
chegou de Fortaleza à capital de São Paulo para
trabalhar em uma fábrica de carrinhos e, em
paralelo, vendia alguns a amigos e conhecidos
—, bem como expandia as vendas para lojistas
de diferentes regiões da metrópole. Em um ano,
viu o faturamento sair de cerca de R\$ 5 mil por
mês para mais de R\$ 50 mil. “Comprei carro,
apartamento, guardei e fiz um casamento lindo
para o meu filho”, recorda.

De fato, Castro nunca tinha visto tanto di-
nheiro na vida. Filho de uma família grande da
capital cearense, migrou para São Paulo com a
esposa, Cleonice, e o filho pequeno à sorte. Por
anos, morou em um barraco de madeira cons-
truído acima de um córrego em uma favela na
Vila Prado, na zona norte paulistana, enquanto
ambos trabalhavam na linha de produção dos
carrinhos de bebê. Um dia, um membro da igre-
ja que frequentavam perguntou se conseguiria
um desconto para a aquisição do produto. Ele
resolveu perguntar ao proprietário da fábrica,
seu chefe — um alemão que vivia nos Estados
Unidos e visitava a empresa esporadicamente
—, e ouviu dele não apenas um “sim” como que
podia oferecer os carrinhos a outras pessoas. Se
fizesse mais vendas, ficaria com parte dos lu-
cros. “Foi a minha glória, porque eu sou falador,
né?!”, comenta sorrindo.

Em dois anos, Castro e a esposa tornaram-se
os principais vendedores da fábrica, e ele logo
percebeu que aquilo era o seu ativo no merca-
do. Então, quando o orçamento doméstico já era
composto mais de porcentagens das vendas do
que do salário fixo que ainda recebia, negociou
um acordo com o alemão. “Disse para ele que
poderia continuar vendendo os carrinhos ‘por
fora’, mas dando a prioridade a ele como meu
fornecedor. Ele topou e abri minha empresa.”

Mesmo sem loja física, Castro e a esposa fi-
zeram o negócio crescer rápido. Investiram em
dois carros, que usavam para percorrer o Estado
de São Paulo atendendo e prospectando clien-
tes, e estudaram gestão. No auge, intermediava-
vam as vendas de mais de 500 carrinhos por
mês entre a fábrica e os clientes, usando parte
dos lucros para um estoque próprio. A crise da
covid-19, no entanto, interrompeu essa trajetó-
ria: os pedidos rarearam, algumas lojas espe-

cializadas fecharam as portas e a produção foi
desfalcada — o *lockdown* fez alguns funcioná-
rios voltarem a suas cidades de origem e outros
foram demitidos. A fábrica, por alguns meses,
nem sequer funcionou. Nesse período, Castro
viveu com o que economizou na bonança e com
a ajuda de amigos da igreja.

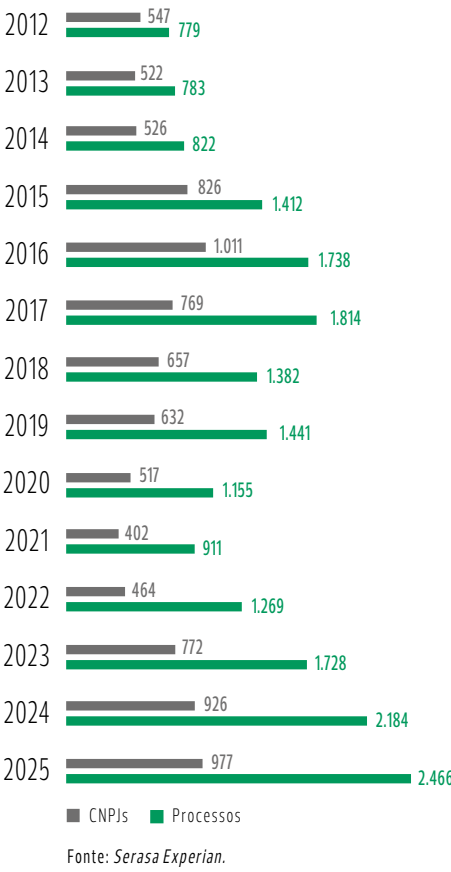
Até hoje, os dois negócios não se recupera-
ram, nem o dele, nem a fábrica. A loja de Castro
e da esposa segue aberta, mas eles têm feito bi-
cos em outras atividades para pagar as contas.
A fábrica de carrinhos, por sua vez, entrou em
recuperação judicial em 2025, como fizeram
outras 2,4 mil empresas, segundo a Serasa Ex-
perian, alta de 13% em relação ao ano anterior
e maior número da série histórica desses da-
dos, iniciada em 2012. Era a única maneira de
negociar as dívidas trabalhistas e pagar os for-
necedores. Um ano antes, em 2024, 2.184 CNPJs
entraram com pedido de recuperação judicial, e
em 2025, o número de processos (977) foi o maior
desde 2016 (1.011 casos).

O PESO DOS JUROS

E qual é a razão para o aumento das recupera-
ções judiciais? Camila Abdelmalack, economis-
ta-chefe da Serasa Experian, cita pelo menos
dois motivos. Um é que o acesso ao crédito ficou
mais restrito, o que fez com que negócios mais
sensíveis às flutuações do mercado — e que, em
períodos de vendas mais baixas, precisam re-
correr a empréstimos — sofressem uma pressão
mais intensa sobre seus caixas.

Camila aponta, por exemplo, como a média
mensal de novos processos (53) ficou acima de
anos anteriores, “ou seja, há um descolamento
da tendência estrutural. Os custos ficaram mais
altos, mas o crédito, por sua vez, esteve seletivo.
Muitas empresas precisaram renegociar os passi-
vos”, observa. A outra explicação está na desigual-
dade entre os setores da economia, tanto pela de-
manda quanto pela própria sensibilidade de cada
um deles ao crédito. É por isso que o comércio
ficou, no ano passado, praticamente empatado
com o setor agrícola em volume de pedidos: 739
e 743, respectivamente. “O custo financeiro alto,
sobretudo, prejudica esses dois setores”, garante
a economista. Vale lembrar que, no ano passado,
metade (51%) dos pedidos de recuperação foi feito
por empresas dos setores de Comércio e Serviços.
O economista Fabio Pina, assessor da Federa-
ção do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do

ESCALADA DAS RECUPERAÇÕES JUDICIAIS NO BRASIL



Estado de São Paulo (FecomercioSP), avalia que os juros altos trazem um peso decisivo a essa conjuntura. Segundo cálculos que fez para um estudo da Entidade, as empresas arcam com um montante de quase R\$ 300 bilhões por ano, só em juros no Brasil. O dado exato foi de R\$ 287,9 bilhões em 2024, uma alta de 7,8% na comparação com o ano anterior. “Custo financeiro não é só problema de caixa, mas também de investimento. Com tantos recursos destinados a juros e impostos, as empresas não conseguem ter margens relevantes que lhes permitam inovar, criar estratégias melhores e apostar em novas ideias, produtos e serviços”, ressalta. Pelos dados de Pina, o total de juros pagos pelas empresas e pelas famílias brasileiras representou, em 2024, 9,8% do Produto Interno Bruto (PIB) daquele ano, um total de R\$ 11,7 trilhões. O ponto estrutural, ressalta o economista, é que os juros têm funcionado não como uma lógica do mercado financei-

ro, mas como dispositivo de transferência de recursos dos setores produtivos, estimulando mais os investimentos em ativos bancários do que, propriamente, em bens de produção. Tudo se fecha no fato de esses setores produtivos serem altamente dependentes de crédito, que se dá por meio, justamente, dos juros. “Comércio e Serviços não têm capacidade financeira para lidar com as variações econômicas. Inflação alta, juros elevados, margens reduzidas e períodos de baixa demanda já são suficientes para desestabilizar boa parte desses negócios, uma vez que uma fatia significativa das receitas vai para o pagamento de juros e impostos. É um fator estrutural”, indica. De acordo com Jason Vieira, economista-chefe da consultoria MoneYou, a causa da alta de recuperações judiciais é a política monetária restritiva, que, por sua vez, é consequência dos altos gastos públicos. “O mercado financeiro é muito amplo. A crítica deve ser feita ao *spread* dos bancos, até porque há alternativas financeiras para os juros elevados pelo *spread*”, opina. “O Banco Central está tentando ampliar um ciclo de contração macroeconômica e o governo cria um contraciclo. A taxa de juros é um processo reativo”, pondera o economista. Ainda entra na conta, segundo Vieira, a altíssima carga tributária do País — que, em um momento de contração da atividade econômica, pesa mais sobre o universo dessas empresas — e uma série de outros gargalos históricos. “As recuperações judiciais são uma tentativa de saída das empresas para questões que vão de gestão ruim a câmbio, de setor parado a retração econômica, de juros a inflação. Mas o problema da atividade econômica é central”, enfatiza.

INADIMPLÊNCIA EM ALTA

O argumento de Pina apoia-se nos dados de inadimplência empresarial. Em maio deste ano, o Brasil tinha em torno de 9 milhões de empresas com dívidas vencidas — somando aproximadamente R\$ 230 milhões em massa de recursos. É o maior número de negócios inadimplentes desde o início da série de dados da Serasa, em 2012. Em média, cada CNPJ acumulava ao menos sete dívidas que, juntas, somavam R\$ 25,4 mil. O dado negativo chama a atenção da economista-chefe da Serasa. “O volume financeiro das dívidas mostra que o desafio não está só em entrar nessa situação, mas em reduzir o passivo acumulado. O que parece é que as empresas não estão conseguindo recompor seus caixas para dar conta dos custos e, quando procuram crédito, ainda encontram condições complicadas por causa dos juros”, avalia. “O problema central, de fato, são os juros”, segue o economista André Sacconato, que também assessora a FecomercioSP. “Mas esse não é um problema de contexto, mas estrutural, num país que convive com uma percepção de risco que não diminui por causa dos gastos públicos. As empresas sofrem porque não têm outra opção que não seja reduzir os investimentos para pagar pedaços de dívidas. Não raro, ainda precisam vender ativos para preservar al-

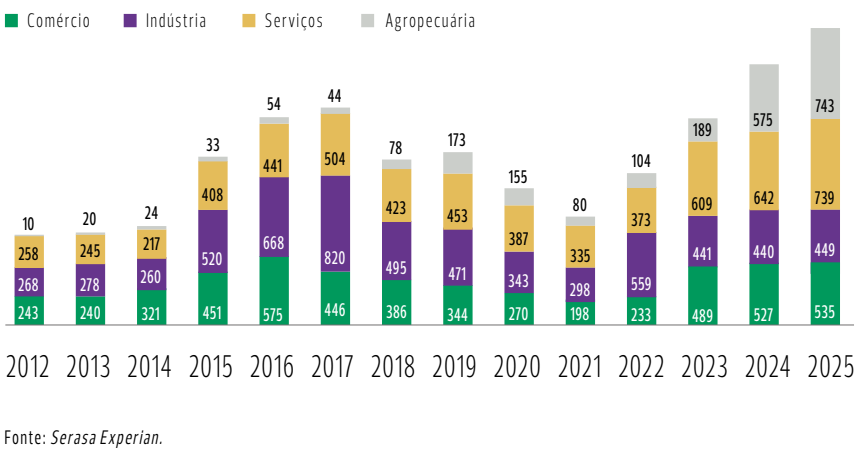
“A ECONOMIA DEVE DESACELERAR, A SELIC PODE CAIR MENOS QUE O ESPERADO E A INADIMPLÊNCIA DAS EMPRESAS NÃO ESTÁ ARREFECENDO. É HORA DE LIGAR O ESTADO DE ALERTA.”

CAMILA ABDELMALACK, economista-chefe da Serasa Experian

guma liquidez. Tem sido cada vez mais caro empreender no Brasil”, lamenta. Neste caso, os Serviços dominam o quadro: metade (55%) das empresas inadimplentes é do setor. Comércio (32,3%) e Indústria (8,1%) completam a lista. “Além de, historicamente, o volume de crédito para indústrias ser maior, soma-se o fato de esses dois setores encontrarem dificuldades para gerar novas receitas — ainda mais num contexto de inflação alta. Até porque os preços estão subindo acima da média, principalmente nos Serviços”, sustenta Pina. Por outro lado, o número de pedidos de falência vem caindo sistematicamente há pelo menos uma década, mostram os dados da Serasa: em 2015, eram 1.828 CNPJs requerentes em 1.861 processos diferentes. No ano passado, o número de empresas envolvidas nessa demanda foi de 698 e o de processos, de 686. Historicamente, a maioria desses pedidos vem da Indústria (344 no ano passado). “É um bom sinal”, salienta Pina, “porque sinaliza que os negócios conseguem se reestruturar antes do fim dos processos”. O economista lembra que há dois tipos comuns de recuperação (o judicial e o extrajudicial) e que ambos existem para, antes de tudo, impedir que essas empresas fechem as portas. No primeiro caso, a Justiça conduz um plano de

reestruturação financeira envolvendo os credores, administrando negociações e prazos. É o caso do Grupo Toky, que administra as redes TokStok e Mobly, de móveis e decoração, que soma dívidas de aproximadamente R\$ 1 bilhão. “É um pouco mais demorado, porque tem todo o trâmite judicial”, detalha Pina. No segundo caso, extrajudicial, é a empresa que negocia diretamente com os credores, cabendo à Justiça apenas o papel de homologar os acordos. Camila, da Serasa, porém, acredita que se trata mais de um amadurecimento do uso desses mecanismos. No passado, cita, credores pediam à Justiça a falência de uma empresa como forma de pressioná-la a pagar as dívidas que mantinha com eles. “Era ferramenta de cobrança”, reitera. Recentemente, os antigos donos das Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU) adotaram exatamente essa estratégia para exigir que o grupo que administra a universidade arque com suas despesas. “Isso faz com que o dispositivo da recuperação judicial não apenas seja usado corretamente, como nos faz ter mais clareza sobre as condições do universo das empresas do País”, conclui Sacconato, da FecomercioSP. Na visão de Camila, o cenário não é dos melhores. “A economia deve desacelerar, a taxa Selic pode cair menos que o esperado e a inadimplência das empresas não está arrefecendo. Num cenário de juros altos, demanda menor e incertezas para o segundo semestre — inflação, por exemplo —, é hora de ligar o estado de alerta”, constata. Márcio Castro, dos carrinhos de bebê, sente a conjuntura na pele: os pedidos são poucos, muito porque o produto está mais caro na fábrica. “A concorrência com a China também ficou muito mais desigual”, diagnostica. “Boa parte das famílias que esperam por um filho compra o carrinho direto de plataformas chinesas, nem passa pelo comércio físico”, afirma. Quando tentou diversificar o negócio com outros artigos do gênero, deparou-se com a restrição do crédito, agravada, para ele, por estar com o nome sujo. A solução, por enquanto, está nos bicos. “Isso é o que está alimentando minha casa”, finaliza.

RECUPERAÇÃO JUDICIAL POR SETOR



&

valor de preservar

MAIS QUE EXIGÊNCIA LEGAL,
AS RESERVAS AMBIENTAIS PRIVADAS
GANHAM ESPAÇO NÃO SÓ NOS
RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE, MAS
TAMBÉM NOS BALANÇOS DAS EMPRESAS

texto GUSTAVO ROSSETTI VIANA

O avanço das regulamentações climáticas e das exigências de ESG (Ambiental, Social e Governança, na sigla em inglês) transformaram o papel das reservas florestais privadas, que vivem um período de transição: deixaram de ser vistas apenas como obrigação legal para se tornarem ativos financeiros estratégicos e geradores de valor.

Embora ainda pouco conhecidas, essas áreas protegidas representam uma parcela importante dos esforços de preservação ambiental. Em paralelo, funcionam como laboratórios de pesquisa e inovação para a bioeconomia e, em alguns casos, como polos de ecoturismo. “Muitas reservas privadas foram criadas no contexto de exigências legais. O que está em curso é uma transição — ainda inicial —, em que algumas empresas começam a explorar esse potencial de forma mais estruturada”, avalia a diretora de Engajamento Corporativo da The Nature Conservancy (TNC) no Brasil, Aline Perez. Segundo ela, essas iniciativas têm, ainda, o potencial de expandir a conservação nas regiões onde o Poder Público tem menos capacidade de ação.

Manter áreas protegidas demanda investimento, conhecimento técnico e planejamento permanente, o que exige mecanismos para a sustentabilidade financeira das iniciativas. “Durante muito tempo, áreas conservadas foram vistas, principalmente, sob a ótica da proteção ambiental. Essa função continua sendo central e indispensável, mas já há uma compreensão sobre o valor que elas geram para a sociedade”, observa o biólogo Tiago Egydio Barreto, porta-voz da Rede Brasileira de Reservas Privadas (RBRP) e gerente de Sustentabilidade da Fundação Eco+, mantida pela indústria química Basf, com reservas em Guaratinguetá, Jacareí e São Bernardo do Campo (SP).

O TAMANHO DAS RESERVAS PRIVADAS

O Brasil conta com 1.902 reservas particulares legalizadas, que protegem 837 mil hectares. A maior parte (cerca de 72%) está localizada na Mata Atlântica, com Minas Gerais, Paraná e Bahia no topo do ranking, segundo a Confederação Nacional de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (CNRPPN).

A Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) é um instrumento jurídico que reconhece uma propriedade particular como Unidade de Conservação (UC). Essas reservas têm caráter perpétuo, num compromisso voluntário em que



Foto: Gabriel Bonfá

o proprietário destina seu imóvel à preservação sem perder a titularidade da terra. Embora criadas para conservação da biodiversidade, são permitidas atividades de turismo, educação ambiental e pesquisa científica, além da comercialização de créditos de carbono.

O Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões (SBCE), criado em 2024, deu segurança jurídica à expansão desse negócio, um divisor de águas tanto para o mercado de carbono quanto para projetos das RPPNs.

O Legado das Águas, no Vale do Ribeira, sul do Estado de São Paulo, gerido pela Reservas Votorantim, foi o primeiro território a aplicar a PSA Carbonflor, metodologia registrada na B3 para a catalogação de créditos de carbono. No ano passado, recebeu de seus clientes em potencial mais de 1 milhão de hectares de áreas conservadas para análise de viabilidade de projetos de carbono. “As reservas passaram a ser vistas como ativos estratégicos capazes de gerar recei-

“O DESAFIO NÃO É APENAS AMPLIAR ÁREAS PROTEGIDAS, MAS GARANTIR QUE ELAS SEJAM SOCIALMENTE LEGÍTIMAS E BEM INTEGRADAS AO TERRITÓRIO.”

ALINE PEREZ, diretora de Engajamento Corporativo da TNC Brasil

ta, fortalecer reputação e contribuir para metas de descarbonização”, destaca a coordenadora de Projetos e Carbono da Reservas Votorantim, Tatiana Motta.

Maior reserva privada de Mata Atlântica, com 31 mil hectares, o Legado das Águas abriga pesquisa científica, projetos de carbono, restauração ecológica, ecoturismo, educação ambiental e produção de espécies nativas. No ano passado, recebeu mais de 300 turistas por mês e 330 alunos de diversas instituições. Em 2025, firmou parceria com a International Flavors & Fragrances (IFF) para a instalação de um laboratório de bioprospecção de espécies nativas, com foco no desenvolvimento de extratos para perfumaria e cosméticos.

Com três territórios sob gestão na Mata Atlântica, no Cerrado e no Pantanal, a Reservas Votorantim encerrou o ano passado com crescimento de receita de 22%, resultado que, para a empresa, aponta a solidez do modelo. “A multiplicidade de

fontes de receita permite gerar valor a partir da floresta em pé, o que fortalece a conservação e amplia o potencial dos territórios”, afirma.

CONSTRUÇÃO DO SABER

Além do aspecto ambiental, as reservas também podem contribuir para a pesquisa científica, o monitoramento e a geração de conhecimento sobre biodiversidade e clima.

É o caso da Reserva Ambiental Águia Branca, mantida pelo grupo de mesmo nome, que atua na área de transporte e logística. Em conjunto com a Universidade Federal de Viçosa (UFV), trabalha na conservação da urucu-capixaba (*Melipona capixaba*), uma das abelhas mais raras do Brasil, endêmica das montanhas do Espírito Santo e ameaçada de extinção. Além disso, uma parceria com o Jardim Botânico do Rio de Janeiro, o Instituto Nacional da Mata Atlântica (INMA) e a Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) descobriu a espécie vegetal *Philodendron quartizicola*, da família *Araceae*, a mesma dos antúrios e jiboias, classificada como “em perigo”.

Localizada em Vargem Alta (ES), em uma área de 2,2 mil hectares, 91% de sua cobertura florestal é composta por vegetação primária ou em estágio avançado de regeneração. Uma pousada e um restaurante completam a infraestrutura — desde 2022, 30 mil pessoas passaram pela reserva, próxima à formação rochosa Pedra Azul, um dos principais destinos turísticos capixabas.

Na visão da *head* de Sustentabilidade do Grupo Águia Branca, Adriana Denadai, em-

presas que investem em reservas ambientais são beneficiadas pela reputação e pelo fortalecimento do seu compromisso público com a sustentabilidade. “As reservas geram muito valor, mas não apenas como estratégia de compensação ambiental. Além do valor ecológico intrínseco, as áreas naturais são socialmente relevantes para as comunidades vizinhas”, explica Adriana.

No Parque das Neblinas, área com 7 mil hectares de Mata Atlântica em Mogi das Cruzes e Bertioga (SP), a Suzano desenvolve ações de educação ambiental, pesquisa, ecoturismo, manejo e restauração florestal, além de iniciativas de participação e engajamento comunitário. O território — resultado da transformação de uma área degradada para produção de carvão e, posteriormente, ocupada por plantios de eucalipto — recebeu mais de 8 mil pessoas em 2025, com 81 estudos científicos. Na área de Educação Ambiental, beneficiou 27 escolas, formou 57 professores e envolveu 1.469 alunos.

A Suzano mantém 1,1 milhão de hectares, o equivalente a 40% da área total do parque, em um modelo que integra conservação, preservação e restauração. “A estratégia combina a proteção da vegetação nativa, ao mesmo tempo que sustenta a produção de eucalipto”, conta Beatriz Greco Tavora, gerente de Sustentabilidade do Instituto Ecofuturo, Organização Não Governamental (ONG) criada pela produtora de papel e celulose.

Além da área que liga a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) ao litoral paulista, no ano passado a Suzano criou mais duas RPPNs: a Nova Descoberta, no Maranhão, inserida no Corredor Amazônia e no Mosaico do Gurupi, e a Entre Rios, em Angatuba e Bofete (SP), na transição entre o Cerrado e a Mata Atlântica. Segundo Beatriz, as reservas privadas ganham protagonismo na agenda climática ao viabilizarem projetos de restauração e captura de carbono em larga escala.

No mercado de carbono, a empresa atua por meio do Projeto Horizonte, estruturado para o mercado voluntário e focado na recuperação de áreas degradadas. Em medição realizada em junho de 2025, registrou 2,3 milhões de toneladas de remoções médias de dióxido de carbono (CO₂), das quais 1,9 milhão elegível para emissão e comercialização de créditos.

A Klabin, também do setor de papel e celulose, mantém cinco RPPNs na Região Sul que,



Foto: Basf/Jacareí



Foto: Andrei Pires



Foto: Eton Alves/Ecofuturo1

juntas, somam quase 10 mil hectares destinados à conservação da Mata Atlântica. Na RPPN Complexo Serra da Farofa, em Santa Catarina, construiu o Centro de Interpretação da Natureza (Cinat), destinado a apoiar pesquisas científicas, monitoramento da biodiversidade e disseminação do conhecimento sobre o bioma. No local, foram desenvolvidos 40 estudos, como o que identificou duas espécies de árvores — o guamirim (*Myrceugenia euosma*) e o camboim (*Sipho-neugena reitzii*), pertencentes à mesma família da goiaba e da pitanga.

O diretor de Sustentabilidade, P&D+I e Estratégia & Mercado da Klabin, Darlon Orlamunder de Souza, pontua que, como uma empresa de base florestal, a Klabin acredita que, mais do que uma obrigação legal ou ética, conservar a natureza é um investimento que garante a perenidade do negócio. “Conservar é uma condição cada vez mais associada à capacidade das empresas de gerarem valor e manterem sua competitividade no longo prazo”, enfatiza.

ALIANÇA LOCAL

No ponto de vista de Aline, da TNC Brasil, há questões relevantes para a consolidação do modelo de negócios das reservas privadas, como viabilidade financeira no longo prazo, qualidade da gestão, segurança jurídica e necessidade de mais alinhamento com políticas públicas. Além disso, há impasses quanto à participação das populações locais. Num país com desigualdade no acesso à terra, a convivência entre áreas protegidas e comunidades pode gerar conflitos. “Quando a conservação impõe restrições sem diálogo ou benefícios claros às populações locais, pode haver resistência. O desafio não é apenas ampliar as áreas, mas garantir que elas sejam socialmente legítimas e integradas ao território”, opina Aline.

Para aproveitar a vocação do turismo de natureza, a Fundação Grupo Boticário implementou, em 2025, oito novos roteiros na Reserva Natural Salto Morato. A área fica na Grande Reserva Mata Atlântica, que abrange 60 municípios entre São Paulo, Paraná e Santa Catarina. “A Salto Morato dá impulso à economia local. São roteiros integrados à comunidade, que fortalecem toda a cadeia de serviços”, detalha André Ferretti, gerente de Economia da Biodiversidade da fundação. O local recebe cerca de 5 mil visitantes por ano.

O Grupo Boticário, que também administra a Reserva Natural Serra do Tombador, em Cavalcante (GO), não comercializa créditos de carbono nem realiza pesquisas com interesse comercial em suas reservas. Juntas, ambas as reservas conservam 11 mil hectares de Mata Atlântica e Cerrado. “As nossas RPPNs nasceram com o propósito de conservar a natureza”, ressalta Ferretti, que considera ser cada vez mais importante criar mecanismos que reconheçam e valorizem o papel das áreas protegidas. “Instrumentos como pagamento por serviços ambientais, créditos de carbono e de biodiversidade e o ICMS Ecológico podem contribuir para a manutenção dessas unidades de conservação, fortalecendo iniciativas privadas que ajudem o Brasil a cumprir suas metas climáticas e seus compromissos de proteção da biodiversidade”, completa.

MANTER A FLORESTA EM PÉ

As reservas privadas são fundamentais para as empresas atingirem as metas de conservação ambiental, avalia o biólogo e coordenador de Projetos da SOS Mata Atlântica, Diego Igawa Martinez. Cerca de 80% das terras do bioma são privadas e grande parte dos remanescentes florestais está fora de UCs públicas — apenas 9,8% do território se inclui em alguma categoria de unidade de conservação. “As metas demandam quase triplicar esse número. E atingi-las sem engajamento privado seria impossível”, assegura.

Para a SOS Mata Atlântica, as vantagens destinadas a quem cria RPPN ainda são pequenas, como isenção do Imposto Territorial Rural (ITR), acesso a recursos do Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA) e preferência na análise de crédito rural. “Existem propostas para a modernização dos instrumentos que regulamentam as RPPNs, mas ainda não se tornaram realidade”, aponta.

De acordo com dados do Mapbiomas, o desmatamento em UCs alcança apenas 4% do total. “Em muitas regiões da Mata Atlântica, as RPPNs são as únicas áreas protegidas de um determinado município ou microbacia, e considerando a alta fragmentação e o pequeno tamanho dos remanescentes florestais, as reservas particulares desempenham papel fundamental à conservação”, finaliza Martinez.

&

Democracia interativa

texto Agência BORI

Plataforma transforma 2,8 milhões de candidaturas brasileiras em dados acessíveis, oferecendo um raio-X da política nacional

Pesquisadores do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Representação e Legitimidade Democrática (INCT ReDem), da Universidade Federal do Paraná (UFPR), lançaram o Portal da Classe Política, uma plataforma digital brasileira que reúne informações de 2,8 milhões de candidaturas registradas entre 1998 e 2024 no Brasil, um raio-X completo da política nacional. A ferramenta transforma os complexos dados eleitorais do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em informação visual e interativa acessível a qualquer cidadão, ampliando a ação de fiscalização dos representantes.

Com poucos cliques, é possível descobrir o patrimônio declarado de um deputado, verificar em quais municípios um senador recebeu mais votos ou comparar a evolução da participação feminina nas eleições ao longo das últimas duas décadas. O desenvolvimento exigiu o processamento de 47 planilhas oficiais do TSE, totalizando 8 gigabytes de dados brutos. “Até hoje, esses dados existiam legalmente como públicos, mas permaneciam tecnicamente inacessíveis para

99% dos brasileiros”, explica o professor Nilton Sainz, coordenador do projeto. “Eram milhões de linhas fragmentadas em planilhas que só especialistas conseguiam processar. Agora, um jornalista investigando uma denúncia, um cidadão fiscalizando seu representante ou um estudante pesquisando sobre democracia têm acesso às mesmas informações de forma visual e intuitiva”, detalha.

O portal oferece três tipos principais de análise, todas gratuitas e sem necessidade de cadastro:

- perfil individual dos candidatos — a partir do nome de qualquer político, é possível acessar seu histórico completo, como todas as eleições disputadas desde 1998, evolução patrimonial, cargos conquistados e um mapa interativo mostrando onde recebeu mais votos. O sistema já identificou 1,8 milhão de pessoas únicas que disputaram eleições no período;
- indicadores científicos automatizados — 12 métricas usadas por cientistas políticos estão disponíveis em gráficos simples. Por exemplo, o Número Efetivo de Partidos mostra se o Congresso está mais ou menos fragmentado ao longo do tempo, informação crucial para entender a dificuldade de formar majorias e aprovar reformas;
- cruzamentos personalizados — comparação de candidaturas por gênero, raça, escolaridade, ocupação ou partido em qualquer período. Por exemplo, é possível visualizar que, apesar de a lei de cotas de 30% a candidaturas femininas existir desde 2009, as mulheres receberam apenas 12% do total de votos para vereador em 2024.

“Transformamos fórmulas matemáticas complexas em visualizações que qualquer pessoa consegue interpretar”, destaca o professor Adriano Codato, coordenador do INCT ReDem, que é um dos principais centros de pesquisa sobre democracia do Brasil, reunindo pesquisadores e pesquisadoras de diversas universidades para produzir conhecimento científico aplicado ao fortalecimento das instituições democráticas.

A plataforma cobre todas as 5,57 mil cidades brasileiras e permite análises de eleições municipais, estaduais e federais. Um exemplo: para a busca pelo presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta, o sistema mostra que sua votação está geograficamente concentrada em poucos municípios da Paraíba, uma informação relevante para entender sua base política e seu poder de articulação.

Outro resultado obtido com dados do portal mostra que as candidaturas femininas para deputada federal cresceram quase dez vezes, enquanto as eleitas, pouco mais de três. O número de mulheres que disputam uma vaga na Câmara dos Deputados saiu de 358 candidatas, em 1998, para 3.668, em 2022, um crescimento de aproximadamente 925% ao longo de sete ciclos eleitorais. No mesmo período, o número de deputadas federais eleitas passou de 29 para 90, um crescimento de 210%. Nas assembleias estaduais, o padrão repete-se em escala diferente: candidaturas femininas cresceram 314,1% (de 1.396 para 5.781), enquanto o número de eleitas avançou 76,6% (de 107 para 189). Parte desse crescimento de candidaturas é explicado pela Lei das Eleições (Lei 9.504/1997) e pela Minireforma Eleitoral (Lei 12.034/2009), que fixou a reserva de ao menos 30% das candidaturas proporcionais para cada gênero.

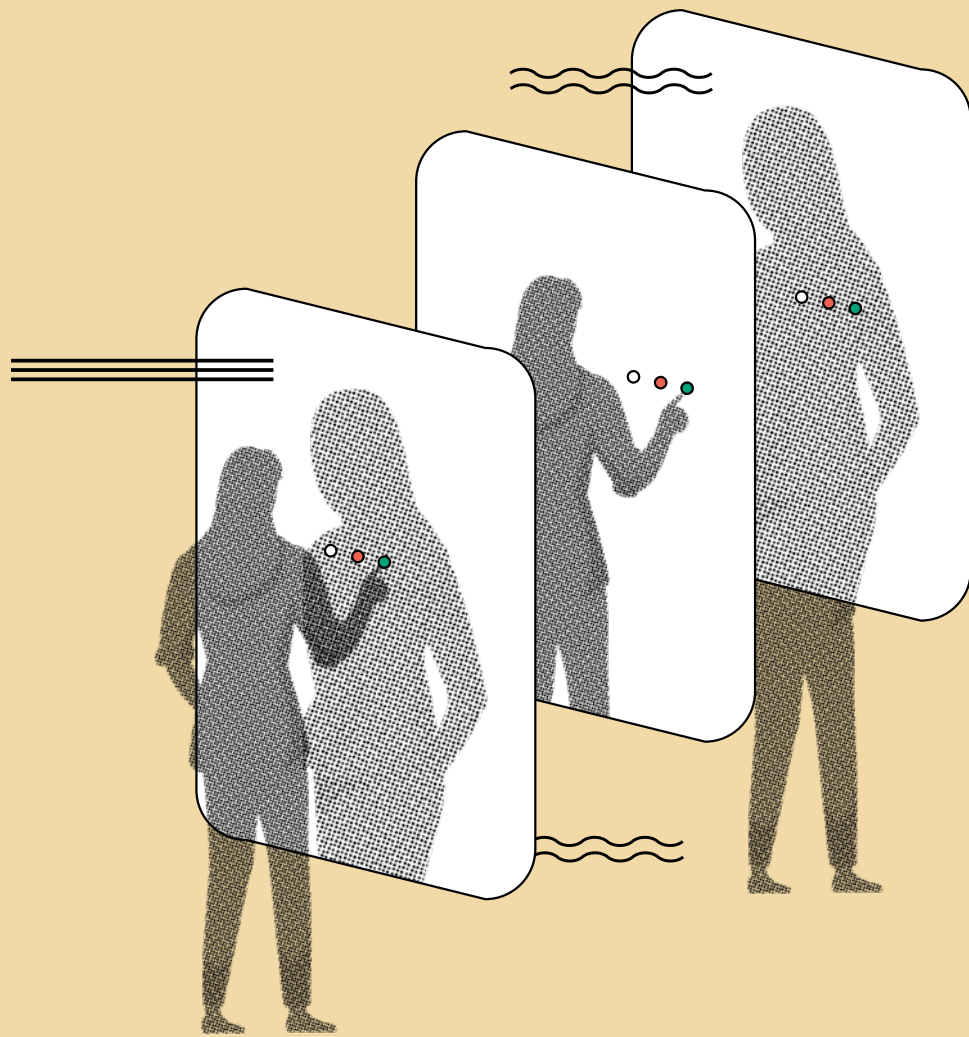
O portal foi desenvolvido com o objetivo de atingir diferentes públicos, como jornalistas, que podem checar rapidamente declarações de políticos e identificar padrões suspeitos; gestores públicos, que conseguem avaliar o efeito de reformas eleitorais com dados objetivos; Organizações da Sociedade Civil (OSCs), que passam a ter argumentos concretos para campanhas por mais representatividade; professores e estudantes, que podem acessar material didático sobre o funcionamento real da democracia; e cidadãos comuns, que podem fiscalizar seus representantes sem precisar de conhecimento técnico.

A equipe planeja disponibilizar uma Interface de Programação de Aplicativos (API) para que outros desenvolvedores criem aplicativos usando os dados e um pacote R (ferramenta de análise) para pesquisadores. Há também interesse de instituições internacionais em replicar o modelo em outras democracias. O Portal da Classe Política é fruto de um investimento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) em ciência aplicada à transparência democrática. A iniciativa posiciona o Brasil como referência em dados eleitorais abertos e acessíveis, fortalecendo a confiança nas instituições em tempos de crescente desinformação.

&

* SOBRE A BORI

A BORI oferece soluções para tornar o conhecimento científico acessível, transformando informação em impacto público, com soluções personalizadas por meio de tecnologia, curadoria e *expertise* jornalística e científica. Pelo seu trabalho pioneiro e inovador, a BORI já recebeu mais de dez prêmios nacionais e internacionais na área de divulgação científica. Acesse www.abori.com.br.





A ONDA DA PROTEÍNA

texto MOURA LEITE NETTO

M

Muito antes de ganhar destaque nas embalagens, a dose adequada de proteína já fazia parte da alimentação dos brasileiros, presente naturalmente em alimentos como carne, leite, ovos e feijão. Nos últimos anos, porém, deixou de ser apenas um nutriente essencial para o funcionamento do organismo para se tornar protagonista dos argumentos de marketing da indústria de alimentos, além de símbolo de um estilo de vida associado à saúde. Basta olhar os corredores dos supermercados para encontrar o selo *high protein* em iogurtes, chocolates, sobremesas, sorvetes, cafés e até pizzas congeladas, categorias que passaram a destacar o teor de proteína como um diferencial para a venda.

Do ponto de vista da saúde, faz sentido recheiar o carrinho com produtos *high protein*? Ou estamos diante de mais um modismo impulsionado por influenciadores, pela publicidade e pela própria indústria alimentícia? A resposta, segundo especialistas, passa pelos dois caminhos. A ciência mostra que a proteína é indispensável para a manutenção da massa muscular, o sistema imunológico, a produção de hormônios e a recuperação dos tecidos. Ao mesmo tempo, comportamento, marketing e transformações sociais ajudam a explicar o motivo de ela ter se convertido num dos atributos mais valorizados pelos consumidores.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) considera que 0,8 grama de proteína por quilo de peso corporal é suficiente para suprir as necessidades de um indivíduo saudável — o que equivale a 180 gramas de peito de frango ao dia para um adulto de 70 quilos. Uma pesquisa realizada na Universidade de São Paulo (USP) revelou que a dieta do brasileiro contém a quantidade adequada de proteínas. Mesmo entre os 20% mais pobres, é raro

que haja necessidade de suplementação. O estudo, publicado na *Revista de Saúde Pública*, editada pela Faculdade de Saúde Pública da USP, derruba a ideia de que vivemos com um déficit proteico — apenas 2,6% dos brasileiros ingerem menos proteína que o recomendado.

DAS REDES SOCIAIS À MESA

“A maioria dos adultos consegue consumir toda a proteína de que precisa apenas com uma alimentação equilibrada. Na prática, os alimentos presentes no dia a dia — como carnes, ovos, leite, feijão e outras leguminosas — são suficientes para atender às necessidades do organismo”, garante a nutricionista Manuela Dolinsky, presidente do Conselho Federal de Nutrição (CFN). Atletas, idosos e pessoas em recuperação podem precisar de mais proteína, mas, para a maioria, a alimentação supre as necessidades, sem precisar turbinar a dieta.

É por isso que a avaliação individual é importante. Em algumas fases da vida ou condições clínicas, como no envelhecimento, na prática esportiva intensa, na gestação ou na convalescença, o aumento da ingestão de proteína pode ser recomendado. “Nesses casos, o *whey protein* pode ser útil pela praticidade ou quando não se consegue atingir as metas diárias com a alimentação. Mas ele funciona como complemento, nunca como requisito obrigatório para saúde ou hipertrofia”, ressalta Manuela.

Essa distinção ajuda a relativizar a impressão, bastante difundida pelas redes sociais, de que qualquer pessoa deveria consumir suplementos. Embora alguns grupos possam se beneficiar de um maior aporte proteico, não se trata de uma regra. “O crescimento da oferta de alimentos enriquecidos e suplementos não deve ser confundido com um aumento das necessidades proteicas. A suplementação deve atender a uma necessidade identificada, não a uma tendência de mercado”, recomenda a presidente do CFN.

NUTRIENTE OU IDENTIDADE?

Se a ciência ajuda a entender qual a quantidade de proteína que o corpo humano realmente precisa, o comportamento do consumidor explica por que o macronutriente passou a ocupar mais espaço nos rótulos e no mix de produtos ofertados pela Indústria. Na avaliação de Bianca Dramali, professora de graduação e pós-graduação na Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM) e especialista em comportamento do

consumidor, o fenômeno extrapola a alimentação. “O marketing inclui muito mais do que um ingrediente funcional nos produtos; ele atribui significado. Consumir alimentos enriquecidos com proteína traz a quem os consome a sensação de autocuidado e de estar conectado aos grupos com os quais deseja se identificar”, avalia.

Na prática, escolher um chocolate proteico ou um café enriquecido pode comunicar algo sobre quem compra, mesmo quando o benefício nutricional não é relevante. Segundo a especialista, consumir também é uma forma de construir identidade. “O consumo de proteína tem relação com um processo cultural de formação identitária e de sociabilidade”, resume.

Essa lógica ajuda a entender o motivo de produtos identificados como *high protein*, *fit* ou rico em proteínas despertarem tanto interesse, mesmo num país onde não há deficiência na ingestão do nutriente na maior parte da população. “Estamos falando de uma necessidade que, muitas vezes, é mais cultural do que alimentar. A fome aqui é de significado e pertencimento, e não apenas de saúde”, analisa Bianca.

A professora também pontua que esse movimento é reforçado por diferentes tipos de influência. Aspectos pessoais, como estilo de vida e renda, convivem com fatores sociais, culturais e psicológicos. As redes sociais aceleram o processo ao transformar escolhas individuais em comportamentos coletivos. Esse mesmo movimento estende-se a academias, restaurantes, supermercados, lojas especializadas e até ao ambiente de trabalho, espaços onde novos hábitos alimentares ganham visibilidade e passam a circular com mais frequência.

DO COMPORTAMENTO À ECONOMIA

Essa transformação, no entanto, não está apenas na percepção do consumidor e é sentida também nas suas escolhas na hora das compras. Dados da Scanntech, consultoria em inteligência de mercado, mostram que, entre 2022 e 2025, alimentos naturalmente ricos em proteínas ganharam espaço nos carrinhos dos brasileiros. As vendas de ovos cresceram 24,3%; de sardinha enlatada, 19,6%; de queijo, 17,3%; e de frango in natura, 15,4%. No mesmo período, categorias associadas aos ultraprocessados perderam participação, como massas instantâneas, açúcar, hambúrgueres industrializados, sucos prontos, margarina e biscoitos.

Felipe Passarelli, *head* de Inteligência de Mercado da Scanntech, observa que o comportamento já ultrapassou o efeito passageiro da pandemia ou da inflação. “Os dados apontam para uma mudança estrutural, e não apenas para um efeito de ciclo econômico. O movimento, que mantém-se há quatro anos, é sustentado por mudanças de comportamento — como mais conscientização sobre a alimentação — pela rotulagem frontal e, mais recentemente, pelo efeito dos medicamentos para perda de peso”, afirma.

Segundo o executivo, a proteína tornou-se uma espécie de fio condutor de uma mudança mais ampla. “Os alimentos naturalmente proteicos concentram a maior parte desse

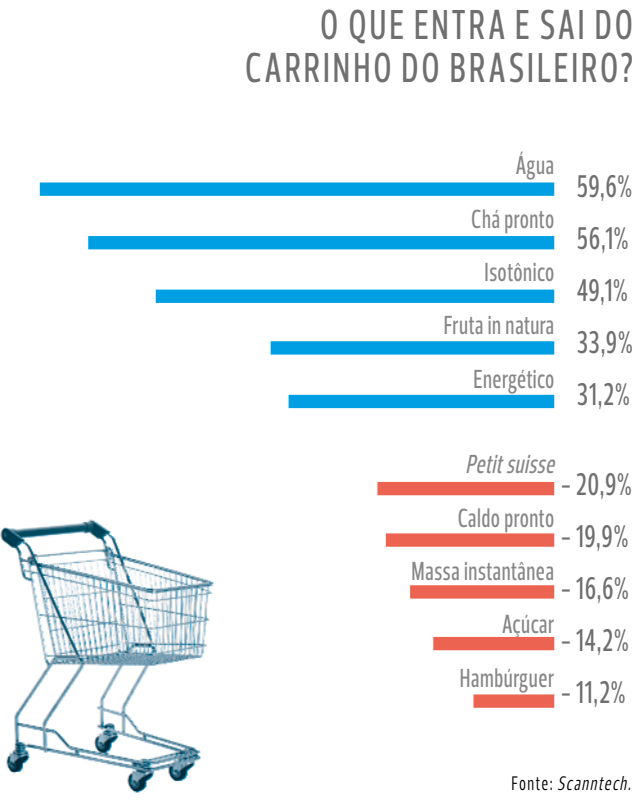
crescimento. Mas também vemos suplementos como *whey protein* e creatina com alta de 440% nas vendas nos últimos três anos. Esses produtos ainda representam uma parcela pequena das vendas totais, mas mostram que categorias antes restritas às lojas especializadas passaram a disputar espaço nas gôndolas dos supermercados”, enfatiza.

Ao mesmo tempo, cresce a percepção de que saúde, praticidade e orçamento passaram a caminhar juntos na decisão de compra. De acordo com Andreoni, essa combinação alterou a lógica do consumo. “A decisão de compra, hoje, é uma equação entre saúde, tempo e bolso”, resume.

ALTO TEOR DE CIÊNCIA OU DE MARKETING?

Enquanto o consumidor aprende a dar mais atenção aos rótulos, a Indústria também aperfeiçoa a forma de apresentar seus produtos. Alimentos enriquecidos com proteína ocupam espaço crescente nas gôndolas e destacam esse atributo, mesmo quando contêm quantidades elevadas dos ingredientes que não combinam com uma dieta mais saudável.

Esse é justamente um dos alertas do CFN. “A quantidade de proteína não deve ser analisada isoladamente. Um produto pode ter alto teor de proteína e, ao mesmo tempo, ter açúcares adicionados, gordura saturada, sódio e outros aditivos.



A alegação nutricional destaca uma característica específica, mas não representa um atestado de qualidade global do alimento”, detalha Manuela.

Na avaliação da nutricionista, o primeiro passo é deixar de olhar apenas o que está em destaque na embalagem e observar a lista completa de ingredientes, a tabela nutricional e o contexto da alimentação como um todo. Um biscoito enriquecido com proteína, por exemplo, não é equivalente a ovos, leite, feijão ou carnes só por ter proteína adicionada.

A valorização da proteína também ajuda a contextualizar o motivo de diferentes categorias de alimentos passarem a utilizar o macronutriente como um diferencial de mercado. De acordo com Bianca, da ESPM, esse movimento acompanha uma transformação cultural que vai além da nutrição. “Mais importante do que a composição nutricional, muitas vezes pesa a relevância cultural daquele produto. As marcas conseguem entregar exatamente aquilo que o consumidor busca, que passa por aspectos emocionais e de pertencimento”, observa.

“É importante ressaltar que, quando passamos a nomear os alimentos pelos seus componentes, e não mais pelos seus nomes convencionais, podemos perder a conexão com o aspecto afetivo e gregário da alimentação. Numa sociedade que busca ser produtiva e funcional em tudo, até a alimentação precisa servir para algo tangível, deixando de ser um espaço de memória afetiva, de encontro entre pessoas, prazer e alimento emocional”, argumenta a professora.

Esse contexto não significa que arroz, feijão, carne, frutas ou café tenham deixado de fazer parte da mesa dos brasileiros. O que mudou foi a forma de apresentar e consumir parte desses alimentos e de outros produtos, que passaram a divulgar a proteína não apenas como um nutriente, mas também como um atributo valorizado por um público cada vez mais atento à saúde e ao bem-estar.

VAREJO REORGANIZADO

Se a proteína ganhou musculatura no marketing, a busca por saúde parece fortalecer uma transformação ainda maior no varejo brasileiro. Segundo a Scanntech, o preço não é determinante para o crescimento do consumo de itens in natura em detrimento dos ultraprocessados. Esse aumento reflete a alteração gradual na forma como as famílias fazem suas escolhas.

“UM PRODUTO PODE TER ALTO TEOR

DE PROTEÍNA E, AO MESMO TEMPO,

CONTER GRANDE QUANTIDADE DE

AÇÚCARES ADICIONADOS, GORDURA

SATURADA, SÓDIO E OUTROS ADITIVOS.”

MANUELA DOLINSKY, presidente do Conselho Federal de Nutrição (CFN)

Essa percepção também aparece na análise do economista Guilherme Dietze, assessor econômico da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP). “O marketing aproveita essa onda, mas ainda estamos longe do topo. Há potencial para mais crescimento. O que vemos é uma evolução estrutural do comportamento do consumidor, e não uma tendência passageira”, opina.

Dietze atesta que basta observar diferentes setores da economia para perceber que a busca por saúde passou a influenciar decisões que vão muito além da alimentação. “As pessoas estão percebendo que cuidar da saúde melhora o sono, a produtividade, a autoestima e a qualidade de vida. Quando elas experimentam isso, dificilmente querem voltar atrás”, constata, citando como exemplos as expansões das academias, da procura por especialistas em nutrologia, do mercado de suplementos alimentares e das áreas dedicadas a *whey protein* e vitaminas dentro dos supermercados, bem como a redução do consumo de bebidas alcoólicas, fenômeno observado em diferentes pesquisas de mercado.

Ainda segundo o economista, até bares, restaurantes e grandes fabricantes de bebidas estão reorganizando seus portfólios para atender um consumidor que valoriza mais a saúde do que há alguns anos. “A mudança de comportamento é cada vez mais nítida e quem não entender esse movimento vai ficar para trás”, acrescenta.

O crescimento do mercado de produtos *high protein* reflete mudanças no comportamento do consumidor e nas estratégias da Indústria, mas uma alimentação mais proteica não é sinônimo de mais saudável. Para a maioria, uma dieta variada, baseada na chamada comida de verdade — alimentos in natura ou minimamente processados —, supre as necessidades do organismo. O desafio na hora das compras é saber fazer escolhas respaldadas mais no que diz a ciência e menos no que pregam modismos, influenciadores e campanhas publicitárias.

&

DAMATTA E A CHAVE PARA LER O BRASIL

Há momentos em que uma sociedade precisa voltar aos seus grandes intérpretes. Tempos de Inteligência Artificial (IA), polarização política, mudanças culturais e profundas transformações tecnológicas exigem mais do que informação; exigem compreensão. E poucos pensadores brasileiros ajudam tanto nessa tarefa quanto Roberto DaMatta.

Ao longo de sua obra, DaMatta procurou responder menos ao que muda e mais ao que permanece. Em um país frequentemente explicado por indicadores econômicos ou crises políticas, sua antropologia revela os códigos invisíveis que organizam a vida cotidiana.

Em *Carnavais, malandros e heróis* (Zahar, 1979), mostra que o Brasil não pode ser compreendido apenas por suas instituições. É preciso observar seus rituais, festas, hierarquias e símbolos. O carnaval, por exemplo, é uma poderosa dramatização da sociedade brasileira.

Em *A casa & a rua*, talvez seu livro mais influente, apresenta uma das interpretações mais originais do País. A casa representa o universo da família, da intimidade, da proteção e das relações pessoais. A rua simboliza a lei, a cidadania, o mercado e a impessoalidade. O Brasil vive permanentemente negociando essas duas esferas. Aqui, os vínculos pessoais frequentemente atravessam as instituições, tornando mais tênues as fronteiras entre o público e o privado, entre a política e a barbárie.

Essa chave interpretativa continua atual e ajuda a compreender a política, as organizações e também as redes digitais, nas quais a intimidade invade o espaço público em uma circulação contínua. A tecnologia não eliminou a tensão entre a casa e a rua, apenas lhe deu novas formas.

Outra pergunta que percorre toda a trajetória intelectual de DaMatta é: *O que faz o Brasil, Brasil?* (Rocco, 1984). Sua resposta nunca esteve em uma suposta essência nacional, mas na maneira singular com que articulamos igualdade e hierarquia, indivíduo e comunidade, lei e relação pessoal.

Ao comparar Brasil e Estados Unidos, destacadamente em *Tocquevilleanas: notícias da América* (Rocco, 2005), DaMatta construiu um tipo ideal. Os norte-americanos tenderiam a organizar sua vida pública em torno do indivíduo, do contrato e da universalidade das regras; os brasileiros, em torno das relações, dos contextos e das mediações pessoais.

Hoje, a polarização política e a crescente falta de confiança nas instituições mostram que essa oposição se tornou menos rígida. Os Estados Unidos continuam valorizando o contrato e a cidadania, mas também revelam personalismos, identidades políticas e disputas que relativizam a pretensa neutralidade das regras. Não se trata de abandonar DaMatta, mas de reconhecer que suas categorias continuam vivas justamente porque permitem interpretar também as transformações.

É essa a força de sua obra, que nos lembra que sociedades não são movidas apenas por leis, mercados ou tecnologias. São organizadas por rituais, símbolos, narrativas e formas de produzir confiança.

Em uma época fascinada pelos algoritmos, Roberto DaMatta continua nos ensinando que compreender uma sociedade exige algo que nenhuma IA consegue fazer sozinha — interpretar os significados compartilhados pelos seres humanos. Talvez por isso sua pergunta permaneça tão atual quanto quando foi formulada: afinal, o que faz o Brasil continuar sendo Brasil?

&

PAULO NASSAR,
professor titular na
Escola de Comunicações
e Artes da Universidade
de São Paulo (ECA-USP)
e diretor-presidente da
Associação Brasileira
de Comunicação
Empresarial (Aberje).

SEM PROTEÇÃO, NÃO HÁ ASG

A agenda Ambiental, Social e de Governança (ASG) consolidou temas como descarbonização, transição energética e bioeconomia no centro das estratégias empresariais. Mas ainda há uma dimensão que recebe menos atenção do que deveria: a proteção das pessoas que defendem os direitos humanos e o meio ambiente nos territórios onde essas transformações acontecem.

Os impactos da crise climática já são uma realidade para a sociedade e também para os negócios. Segundo o relatório Estado do Clima, Extremos de Clima e Desastres no Brasil, do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden), eventos climáticos extremos afetaram diretamente mais de 330 mil pessoas e provocaram prejuízos econômicos de R\$ 3,9 bilhões. Diante desse cenário, proteger quem atua na defesa dos territórios deixou de ser apenas uma pauta social; tornou-se uma questão ética, jurídica, reputacional e estratégica para as empresas.

Lideranças indígenas, quilombolas, ribeirinhas, extrativistas, ambientalistas e representantes de comunidades tradicionais desempenham papel fundamental na conservação dos ecossistemas brasileiros. Ao mesmo tempo, estão entre os grupos mais expostos à violência. O *Guia para empresas: proteção de defensores de direitos humanos e ambientais*, publicado pelo Instituto Ethos, mostra que, entre 2023 e 2024, foram registrados 486 casos de violência contra pessoas e organizações defensoras de direitos, incluindo 55 assassinatos, 96 atentados e 175 ameaças. Os números foram extraídos da pesquisa Na Linha de Frente: Violência contra Defensoras e Defensores de Direitos Humanos no Brasil (2023–2024), realizada pelas organizações Justiça Global e Terra de Direitos.

Nenhuma empresa atua isoladamente. Suas operações, cadeias de fornecimento e investimentos influenciam diretamente os territórios onde estão inseridas. Por isso, incorporar a proteção de defensores de direitos humanos e ambientais significa fortalecer a própria gestão de riscos e ampliar a capacidade de prevenção de conflitos.

Esse compromisso passa por conhecer os territórios antes da implantação ou expansão de atividades e integrar riscos socioambientais aos processos de governança, *compliance* e *due diligence*, além de estabelecer diálogo permanente com comunidades e povos tradicionais, respeitando seus protocolos e formas de organização. Também envolve criar canais de denúncia seguros e confiáveis, capazes de prevenir violações e fortalecer a transparência das relações.

Não se trata de transferir às empresas responsabilidades que são do Estado. Trata-se de reconhecer que organizações privadas são atores relevantes na construção de territórios mais seguros, resilientes e democráticos. A agenda climática não pode ser dissociada da proteção das pessoas que preservam florestas, rios, biomas e comunidades. Integridade, direitos humanos e sustentabilidade não competem entre si; são pilares da mesma estratégia para construir negócios responsáveis e um futuro ambientalmente viável.



CAIO MAGRI,
diretor-presidente
do Instituto Ethos

EFEMÉRIDES DE ROSA

Os anos do século 20 terminados com o número seis foram determinantes para a obra de Guimarães Rosa. E, agora, em 2026, temos algumas celebrações: 80 anos da publicação, em 1946, de *Sagarana*, livro de contos de estreia, responsável por incluir o autor na terceira geração modernista da literatura brasileira; e os 70 anos de *Corpo de baile*, coletânea de novelas, e *Grande sertão: veredas*, romance de cavalaria transposto no tempo e no espaço para o interior do Brasil, considerado unanimemente pela crítica como obra maior, duradoura e ímpar.

texto HERBERT CARVALHO

Ainda das obras mais célebres, em 1936, os poemas reunidos em *Magma* receberam o prêmio de poesia da Academia Brasileira de Letras (ABL), mas, por decisão do autor, a obra permaneceu inédita, publicada apenas em 1997, pela editora Nova Fronteira, 30 anos após sua morte.

Como outros grandes criadores, Rosa publicou somente mais dois livros, além dos já citados: *Primeiras estórias* (1962) e *Tutameia: terceiras estórias* (1967). A quem perguntasse por que não houve um “Segundas estórias”, respondia: “É para provar a curiosidade do leitor”, revela Leonencio Nossa, autor de alentada biografia do escritor publicada neste ano (*João Guimarães Rosa: biografia*, Editora Nova Fronteira).

‘AQUI ESTÁ CORDISBURGO’

Foi com a frase acima que Rosa encerrou seu discurso de posse na ABL, citando o município mineiro a 122 quilômetros de Belo Horizonte, onde nasceu, em 27 de junho de 1908.

Foi nessa “cidade do coração”, que também abriga a famosa Gruta do Maquiné, que, antes dos seis anos de idade, junto com as primeiras letras, começou a estudar alguns dos nove ou dez idiomas que chegou a falar fluentemente, além de outras línguas vivas e mortas cujas gramáticas pesquisou por puro deleite, como latim, grego, sânscrito, tupi, hebraico e japonês.

Na venda do pai, Florduardo, teve o contato inicial com a gente sertaneja, seus hábitos e suas crenças e histórias. Os vaqueiros que chegavam à cidade o fascinavam. Só nesses momentos deixava de lado os livros e o tabuleiro de xadrez, que praticou como diletante a vida toda.

Aos oito anos, foi morar em Belo Horizonte com o major Luiz Guimarães, avô materno que ajudou a compor a figura do jagunço Riobaldo, personagem-narrador de *Grande sertão*. Em 1925, matriculou-se na então Faculdade de Medicina da Universidade de Minas Gerais, com apenas 16 anos. Orador da turma na formatura, em 1930, casou-se no mesmo ano com Lígia Cabral Pena, com quem teve duas filhas: Vilma e Agnes.

Seguiu para Itaguara, então distrito de Itaúna, onde alternou o ofício de médico com a escrita de contos, publicados pela revista *O Cruzeiro*. Após a Revolução Constitucionalista de 1932, na qual atuou ao lado do também médico e futuro presidente da República Juscelino Kubitschek, foi aprovado, em 1934, no concurso público para diplomata do Itamaraty, função que exerceu até o dia de sua morte, em 19 de novembro de 1967, no Rio de Janeiro.

Em 1938, participou, sob pseudônimo, de um concurso da Livraria José Olympio, com um livro anodidamente intitulado *Contos*, mas a obra foi preterida para publicação. Sorte dos leitores e da literatura brasileira, porque, nos anos da Segunda Guerra Mundial (1939–1945), da qual participou como cônsul-adjunto do Brasil em Hamburgo, na Alemanha, Rosa teve a oportunidade de lapidar o texto e transformá-lo em *Sagarana*, publicado em 1946.

O LENDÁRIO ‘SAGARANA’

O título foi comunicado à segunda esposa, Aracy de Carvalho, aos gritos no meio da noite: “Ara! Ara! Achei!”. Como explicou a um crítico, a palavra significava algo como “semelhante a uma lenda”, vindo da junção de *saga*, palavra de origem alemã que significa “lenda”, com *rana*, que, na língua tupi, significa “parecido” ou “semelhante”.

“Lá em cima daquela serra, passa boi, passa boiada, passa gente ruim e boa, passa minha namorada.” Com essa epígrafe e nove contos — ambientados entre vaqueiros e fazendas da infância, apoiados em sua experiência de médico do interior profundo, e ligados entre si ao captar aspectos sociais, físicos e psicológicos do sertão mineiro —, a obra espantou a crítica por sua originalidade. Primeiro, ao apresentar animais como personagens em “O burrinho pedrês” e “Conversa de bois”. Depois, por uma linguagem que não se inibia em criar neologismos e buscava “dar canto e plumagem às palavras”, de acordo com o próprio autor.

“A hora e vez de Augusto Matraga”, considerado pelo crítico Antonio Candido como um dos contos mais perfeitos da língua portuguesa, é a síntese de todo o livro e do estilo que Rosa buscava construir. Adaptado para o cinema em 1965, por Roberto Santos, é considerado um dos cem melhores filmes brasileiros de todos os tempos.

Nos dez anos seguintes à publicação de *Sagarana*, Rosa realizou viagens ao Pantanal e ao norte de Minas, nas quais andava a cavalo e participava da condução de boiadas com lápis e papel na mão, para melhor entender os ambientes naturais e sociais das próximas criações. Relegado por vontade própria a funções burocráticas internas no Itamaraty até o fim da carreira, teve o isolamento necessário para manter-se alheio a modismos, críticas ou incensamentos que o desviassem da meta escolhida: revelar ao Brasil e ao mundo um sertão desconhecido, num momento em que este era trágico pela Marcha para o Oeste de Getúlio Vargas e pelo desenvolvimentismo de Kubitschek.

O projeto literário, já com milhares de páginas escritas no início de 1956, tomou a forma de um livro com sete novelas conectadas umas às outras sob o título de *Corpo de baile*, com personagens como o menino Miguilim, de “Campo geral”, que se torna o Miguel adulto de “Buriti”. A que seria a maior das novelas dessa obra, *Grande sertão: veredas*, desprende-se para destacar o *Fausto* sertanejo, como o autor explicaria para a imprensa alemã o personagem central Riobaldo, em referência à célebre criação de Goethe.

NOVAS PALAVRAS, NOVA SINTAXE

A revolução na sintaxe produzida — sobretudo pelo único romance de Rosa, *Grande sertão: veredas* — pega de surpresa um público que jamais enfrentara leitura tão difícil.

Nonada. A palavra que abre o livro, em vez de significar apenas algo sem valor, como está no dicionário, ganha o peso filosófico da reflexão sobre a vastidão e o vazio.

Travessia. A que fecha, para reafirmar que “o real não está no início ou no fim”, continua ecoando como na música homônima de Milton Nascimento.

Entre uma e outra, revela a história de lutas e de amor entre dois jagunços, salvos da homofobia nacional pela revelação final de que Diadorim era uma mulher.

Cenário e realidade sertaneja, enredo, poesia e dimensão metafísica-religiosa. O sertão está em toda parte e fica dentro da gente. Há o macrosertão geográfico e o microsertão íntimo. No país em que os buritizais viraram montanhas de carvão para exportar commodities, resta a esperança de que a leitura dessa obra e o avanço do conhecimento possam abrir veredas no grande sertão da ignorância.

&



a culpa é da ciência

E podemos provar com evidências científicas.

A Culpa é da Ciência é uma newsletter que compartilha notícias frescas, além de bastidores e reflexões sobre a ciência brasileira com foco nas pesquisas disseminadas pela Bori que pautaram a imprensa. Também mostramos as engrenagens que movem a construção de conhecimento científico e como ele se conecta com nossa vida prática.

Com um tom leve e direto, trazemos um olhar aguçado sobre a produção científica nacional e grandes questões que as permiam, da política científica à economia.



abori.com.br

'bori'
soluções para um conhecimento científico acessível

A "Culpa" é sua também. Assine e receba gratuitamente no seu e-mail:



aculpaedaciencia.abori.com.br

ONDE TEM COMÉRCIO TEM HISTÓRIA

Tem o empreendedor que abriu as portas pela primeira vez. O empresário que conquistou o próprio espaço e o que ainda está batalhando para chegar lá. Tem o negócio que passou de pai para filho e está há gerações na família. E outras tantas pessoas que acreditam e não têm medo de realizar.

E a gente está aí, há 88 anos fazendo história ao lado de quem empreende, trabalha e faz acontecer.

FECOMERCIOSP
e SINDICATOS EMPRESARIAIS

sesc senac

88 ANOS
JUNTOS
LEGADO
INFINITO

ANOS - LEGADO INFINITO